

Avaliação dos resultados do programa preparação para o primeiro emprego - após a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pelo consórcio intermunicipal da promoção social – cips

JISELLI EVANGELISTA LOPES*
KAREN BIANCA MARANHÃO DA SILVA**
EGLI MUNIZ.***

RESUMO

O estudo cujo tema é “Avaliação dos resultados do Programa Preparação para o Primeiro Emprego - Após a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pelo Consórcio Intermunicipal Promoção Social - CIPS” foi realizado de Março à Novembro de 2008, tendo como objetivo avaliar os resultados do programa no desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes e jovens; e como objetivos específicos; identificar o perfil dos adolescentes e jovens no momento que ingressaram no CIPS; identificar as alterações ocorridas no desenvolvimento pessoal; identificar as alterações ocorridas quanto à qualificação profissional e situação sócio econômica desses adolescentes e jovens. Caracterizou-se como um estudo quanti-qualitativo, valendo-se de análise de prontuários e de questionário com perguntas abertas e fechadas. Observou-se que o programa contribuiu para a inserção desses adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Pode-se constatar também efetivas melhoras quanto a escolaridade, relacionamento social e familiar bem como sua qualificação profissional. O programa foi avaliado como eficiente e eficaz, além de efetivador de direitos sociais.

Palavras-chave: Avaliação de Programas Sociais. Adolescentes. Mercado de trabalho. Profissionalização.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

** Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino (1967), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), com foco na gestão da política de assistência social. É professora titular da Instituição Toledo de Ensino na disciplina de Gestão Social. Coordena o curso de pós graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas e coordenadora do curso de graduação em Serviço Social.

ABSTRACT

The study which the subject is “Evaluation of the results of the Preparation Service For The First job, after which subject – Intermunicipal Partnership Social Promotion” in the job market was carried out from March to November of 2008, whose goal is to value the results of the Service at the personal and professional, development of the adolescents and young persons; an like specific goals; to identify the profile of the adolescents and young personas at the moment that flog the CIPS; to identify the alterations occurred in the personal development; partner identifies the alterations occurred as for the professional qualification and economical situation of these adolescents and young persons. It was characterize like a quanti-qualitative study, using analysis of handbooks and questionnaire with open and hut questions. It was notice that the program contributes to the insertion of these adolescents and young persons in the job market; it is possible to note effective improvements as for schooling, social and familiar relationship as well as his professional qualification. The program was evalvate as efficiently, besides efetivador of the social rights.

Key words: Evaluation of Social. Adolescent Programs. Job market. Profissionalização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “Avaliação dos resultados do Programa Preparação para o Primeiro Emprego - após a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pelo Consórcio Intermunicipal Promoção Social - CIPS”.

O tema surgiu tendo em vista as transformações ocorridas na sociedade moderna, onde se deu espaço para o consumismo, o capitalismo e a exploração do trabalho. Vem enfatizar a dificuldade de estar inserido no mercado de trabalho atual, onde se exige cada vez mais conhecimento e aperfeiçoamento, sendo assim para o adolescente ter a oportunidade de primeiro emprego torna-se mais difícil, levando – se em consideração a falta de oportunidade e qualidade de educação adequada.

De acordo com Antunes (2003,p 49): “O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global.”

A tendência é que o mercado de trabalho torne-se cada vez mais exigente e seletivo, sendo mais difícil o acesso de um emprego digno para adolescentes em situação sócio econômica fragilizada, pois em sua grande maioria, não tem condições de se preparar para isto, juntamente com a real situação da atual política de educação que não propicia condições que dê suporte adequado aos adolescentes e jovens. Tendo esta situação como base, fica ainda mais clara a necessidade de programas, projetos e serviços que atuem em favor dos adolescentes e favoreçam sua inserção no mercado de trabalho.

O Consórcio Intermunicipal Promoção Social- CIPS é uma organização não governamental, de atuação municipal, sem fins lucrativos que integra a rede sócio assistencial do município de Bauru e em parceria com a Secretaria do Bem Estar Social - SEBES , atende adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 07 á 17 anos e 11 meses, priorizando as famílias em situações de exclusão ou risco social e pessoal.

No decorrer dos anos, o CIPS tem acrescentado em sua programação de atendimento ao jovem aprendiz, atividades que beneficiam o pleno desenvolvimento bio-psicossocial e que primam pela sua qualificação profissional, conforme princípios norteadores ditados pela Constituição –1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que se fortaleceu ainda mais na “Lei do Aprendiz”.

O objetivo geral da instituição é o de proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida do adolescente, promovendo, de acordo com as exigências do mercado de trabalho, a primeira chance de inserção no mercado de trabalho e auto suficiência profissional e contribuir para seu pleno desenvolvimento bio-psicossocial. A entidade oferece também o Programa trabalho e renda, o Sócio educativo, CIPS Esporte aberto à comunidade, além de atendimento com Psicologia, Fonoaudiologia e Dentista.

A política de assistência social é elemento fundamental e necessário para que a maioria da população tenha mínimos necessários para a sobrevivência e também, para que os indivíduos conheçam seus direitos sociais e exerçam a sua cidadania.

O programa apresentado nesta pesquisa busca possibilitar aos adolescentes maior conhecimento, sua inserção no mercado de trabalho, vem efetivar as ações voltadas aos adolescentes inseridos no mercado de trabalho, de acordo com a Lei do Aprendiz e Leis trabalhistas vigentes.

De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, cabe a entidade não apenas proporcionar aos adolescentes a profissionalização adequada para o mercado de trabalho, mas executar, fiscalizar e acompanhar o trabalho desenvolvido por esses, que uma vez inseridos no mercado de trabalho, mantenham-se livres de qualquer situação de exploração, que ofereça risco ou que atrapalhe seu pleno desenvolvimento.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar os resultados do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego no desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes e jovens atendidos pelo CIPS, e como objetivos específicos identificar o perfil dos adolescentes no

momento em que ingressaram na entidade, alterações ocorridas no desenvolvimento pessoal, quanto à qualificação profissional e situação sócio econômica.

A problematização da pesquisa foi levantada visando identificar quais as mudanças pessoais, profissionais e sócio econômicas, pelas quais os adolescentes e jovens que freqüentam o programa e foram inseridos no mercado de trabalho no ano de 2007 passaram.

A Hipótese sugerida neste estudo é que, o programa é eficaz, valoriza o adolescente e lhe dá conhecimento oportunizando-lhe a igualdade de oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho.

É importante ressaltar que o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes não refletem apenas em si mesmo, mas também em seu relacionamento familiar, comunitária e profissional.

A pesquisa é de grande importância à entidade, visto que serão apresentados serviços prestados pela entidade, bem como avaliá-lo conforme preconiza o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), podendo assim realizar um acompanhamento do serviço e constatar a importância do mesmo, para seus usuários.

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, amparando-se em dados quantitativos para dados objetivos como perfil dos sujeitos traduzindo em números as informações, e a qualitativa de forma descritiva a fim de identificar as alterações ocorridas em relação ao aspecto pessoal e profissional dos adolescentes.

Utilizou-se para a coleta de dados o questionário com perguntas abertas e fechadas, os adolescentes participantes da coleta foram escolhidos de forma aleatória. O universo da pesquisa foi de 250 adolescentes inseridos no mercado de trabalho no ano de 2007, deste universo foram pesquisados 30% dos adolescentes, totalizando 75 adolescentes pesquisados.

Para aprofundar a pesquisa, foi iniciado com uma pesquisa bibliográfica quanto à política de assistência Social no Brasil e o trabalho do adolescente, as transformações sociais, políticas e econômicas na contemporaneidade, o Sistema Único de Assistência Social, o trabalho do adolescente e a avaliação de programas.

Apresentou-se os dados coletados, discutindo-os e analisando-os. A análise foi organizada com base nos seguintes eixos: perfil dos adolescentes no momento em que ingressaram na entidade; resultados do programa e mudanças ocorridas com os adolescentes após a inserção no mercado de trabalho; suas conquistas e expectativas para o futuro.

Para finalizar teceu-se a conclusão sobre a pesquisa, apresentando sugestões a fim de garantir um trabalho ainda mais eficaz e efetivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Política de Assistência Social no Brasil e o Trabalho do Adolescente

O presente trabalho desenvolverá as novas diretrizes da política de assistência social, a contextualização do SUAS tendo como objetivo mostrar a totalidade do atendimento, tanto a população de forma geral como para os adolescentes e jovens.

Será discorrido também sobre as diversas mudanças ocorridas na atual sociedade, transformações estas sociais, políticas e principalmente mudanças ocorridas em relação ao mercado de trabalho, discorrendo sobre o adolescente no mercado de trabalho, seus direitos e a importância do primeiro emprego.

2.2 Transformações Sociais, Políticas e Econômicas na Contemporaneidade

Considerando as transformações pelas quais a sociedade vem passando nos últimos tempos, iremos retratar tais transformações; sociais, políticas e econômicas, suas conseqüências e aqueles que são diretamente afetados.

Frente aos reflexos das transformações sociais cresce o debate sobre os efeitos da modernização, isto é, a globalização, que de fato vem trazer prejuízos para a sociedade e trabalhadores por meio do desemprego, pois, junto a essas transformações vem à expansão das empresas transnacionais a revolução da informática, o desenvolvimento tecnológico, industrial entre outros.

Como há outros países que produzem produtos mais baratos que os equivalentes nacionais, as fábricas brasileiras que não conseguem de alguma forma se manter são obrigadas a fechar as portas e assim reduzem os seus negócios causando então o desemprego que a partir daí se torna uma corrente de desigualdades e falta de oportunidade, esta oportunidade é possibilitada apenas para aqueles que de alguma forma já detinham de algum capital. A crescente modernização resulta em que os produtos destas novas tecnologias não são acessíveis à classe média, mas sim a um público direcionado e selecionado da sociedade.

Quando se fala em globalização o uso do termo ‘global’ supõe ser de fato integral,

integrado, ou seja, globalizar, não dividir. No entanto ‘ Há muito se sabe que é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir’’. (Gentili, 2000, p. 110).

A sociedade, por um lado presencia a modernização, mas em contrapartida acompanha uma crescente desvalorização das condições humanas resultantes da desigualdade social e da concentração capitalista, aumentando assim as expressões da questão social e tornando mais distante o sonho de uma sociedade igualitária. As famílias são diretamente afetadas.

Segundo Sales (2004, p. 38)

A tradicional família nuclear - composta de um casal legalmente unido, com dois ou três filhos, na qual o homem assumia encargos de provisão e a mulher, as tarefas do lar , que ainda hoje serve de referencia para formuladores de políticas social, está em extinção.

Essas transformações do capital provocam uma mudança até mesmo no modelo de família na qual havia a participação masculina na chefia da casa, isto é, apenas o homem era inserido no mercado de trabalho, e da feminina que era vista apenas como reprodução de atividades domésticas. Essas transformações se fazem necessárias tendo em vista a necessidade de a mulher auxiliar o homem na estrutura da família, visto o desemprego e subemprego que acompanham a globalização.

Sendo assim, toda essa modernização e o domínio do capital sobre a sociedade não deixa aqueles que são menos favorecidos na questão ‘capital’ também crescerem, pelo contrário, pois, o capital gera lucro apenas para aqueles que de alguma forma já o tinha, pois um de seus principais efeitos é justamente aumentar as desigualdades sociais.

Abranches (1998, p 26) afirma que:

Os novos produtos têm como referência a renda média dos setores de maior poder de consumo e não a renda média da população, como ocorre nos países industriais avançados, com perfis distributivos mais favoráveis. Isso significa que esses passam a ser mercados cativos dos segmentos mais ricos. Por isso são mais rentáveis e atraentes. O resultado é a redução do acesso ao mercado das camadas de mais baixa renda, onerando mais fortemente seus orçamentos domésticos e aumentando seu grau de destituição, isto é, tornando ainda mais desfavorável a relação entre recursos de que dispõem para transformar em meio de troca no necessitam.

Com a modernização e as transformações ocorridas na sociedade, fica cada vez

mais difícil que todos possam acompanhar essas mudanças, pois, os novos produtos desta nova forma de modernização tendem a ficar mais caros, criados para atingir não a grande população, mas sim a pequena parte de que detém capital, deixando claro um distanciamento cada vez maior entre indivíduos que podem usufruir dos benefícios da economia globalizada e aqueles que estão à margem do desemprego e a marginalidade dificultando para que tenham acesso aos mínimos necessários, desencadeando vários fatores; como pobreza e exclusão.

De acordo com Sales (2004 p 76):

Pode-se afirmar que durante a década de 1990, no bojo das profundas alterações sociais e econômicas por que passou a sociedade brasileira, aprofundaram-se as desigualdades sociais, constituindo-se, sob novos parâmetros, a exclusão social. De fato, no Brasil neste final de século, o processo de modernização conservadora para a reestruturação do capital tem relegado a margem numerosa contingentes da população em um processo que conduz a classe trabalhadora para limites imperativos da pobreza.

É neste cenário de transformações e modernizações que vamos acompanhando as crescentes desigualdades e empobrecimento, onde as pessoas são cada vez mais submetidas às condições de vida precárias, enfrentando este contexto no seu cotidiano, permeado muitas vezes por situações de violência e pobreza extrema.

Conforme cita Abranches (1998, p 16).

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem estar.

Podemos definir com clareza que não basta apenas que se tenha crescimento, modernização que traz vantagens para a produção e crescimento do país, mas não está disponível para que todos tenham acesso, ocorrendo assim um retrocesso que ao invés de incluir faz apenas excluir.

De acordo com Martins (1990, *apud* YASBEK, 1991, p.11).

A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não reduz as privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. A pobreza, muito mais que falta de comida e de habitação, é “carência de direitos, de possibilidades, de esperança”.

Ressaltando o fato de que a pobreza não é apenas a ausência dos mínimos necessários para sobrevivência, mas também a falta de acesso a tudo aquilo que lhe garante à cidadania, a falta da possibilidade e oportunidade de crescimento, a falta de igualdade, visto que nestas transformações nem todos apresentam a mesma capacidade de adaptação aos novos rumos da economia globalizada o que vem aumentar a distância das relações entre ricos e pobres.

E quando não se tem o acesso está havendo a privação de direitos, garantidos por Lei, que de fato funda a cidadania, que consiste na possibilidade dos indivíduos participarem igualmente como membros integrais de uma comunidade. Se de acordo com o contexto vivido hoje na sociedade o trabalho pode estruturar uma identidade, uma família, ser reconhecido como um cidadão, em contrapartida a sua ausência pode se fato provocar sua degradação social, pois o desemprego não tira apenas o acesso aos bens materiais, mas também aos acessos básicos de cidadania.

Entende-se que com o atual sistema capitalista as relações de trabalho voltam-se apenas para a busca do lucro, com isso o resultado é a mão de obra barata, que vende sua força de trabalho apenas para suprir suas necessidades básicas, que podem nem mesmo ser supridas, devido a grande desigualdade vivenciada hoje. Além do desemprego, o baixo nível de escolaridade dificulta, visto que a educação é imprescindível na atual situação de modernização, o que dificulta, pois, a partir do momento que se tem o baixo nível de escolaridade está destinado ao subemprego o que deriva a ausência da cidadania e de uma vida digna, com seus direitos e deveres realmente efetivados.

A globalização e a tecnologia por um lado tem trazido ganhos significativos de produtividade, mas um dos mais claros efeitos da globalização é o desemprego.

Conforme discorre Gentili (2000, p. 114):

O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver pelo menos boa parte da mão-de-obra expulsa do sistema produtivo. Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social.

O desemprego e o subemprego vêm também devido ao afrouxamento das legislações trabalhistas e das leis sociais. Hoje os empregadores conservam nas empresas um numero reduzido de funcionários efetivos, pois buscam funcionários temporários ou provisórios, para assim poder contratar e dispensar na hora em que achar necessário, ficando sem responsabilidades e deixando o trabalhador sem direitos de proteção sindical e garantias sociais.

Com a diminuição dos postos de trabalho, vem resultar um conjunto de inseguranças para os trabalhadores, como o desemprego, subemprego, a desqualificação, o medo da demissão devido à instabilidade, o que tende a expandir a miséria e a informalidade, tendo em vista que o desemprego não afeta o individuo apenas em seu âmbito financeiro, mas o desqualifica.

Segundo Salles (2004, p. 75):

O desemprego e a precarização do trabalho tem repercussões na vida dos trabalhadores, pois a perda do trabalho os desqualifica também no plano cívico e político, e os enquadra numa condição na qual impera, para aqueles que ainda estão empregados, o medo da demissão; o que os faz viver sem expectativas no seu horizonte de vida. Com isso, pois, a idéia de que a cidadania social deve ser obtida através do trabalho assalariado torna-se contraditória diante da crescente incapacidade da sociedade capitalista contemporânea em assegurar para o conjunto da população a inserção social mediante o trabalho.

Com o desemprego e a instabilidade surge então à necessidade de buscar novas opções e formas de trabalho, caímos então mais uma vez no mercado informal, que não vem prejudicar apenas o individuo em si, mas toda a economia do país.

Salles (2004, p. 77) conceitua que:

Em suma, em virtude das demandas econômicas e sociais no país com repercussões na estrutura do mercado de trabalho, aumentou a desproteção social dos trabalhadores, expressa nas condições de trabalho e na perda e redução dos direitos trabalhistas.

Os trabalhadores informais não trabalham de forma ilegal, apenas trabalham de forma a não contribuir com a arrecadação de impostos, a grande maioria não recolhe a Previdência social, sendo assim essa classe fica desprovida de qualquer apoio como; FGTS, INSS, seguro desemprego, aposentadoria, ficando também desprotegido pelas leis

trabalhistas, colocando muitas vezes sua saúde ou até mesmo sua vida em risco.

De fato o mercado informal não vem trazer benefícios para o trabalhador, mas se torna muitas das vezes a única forma de manter a sobrevivência o que vem dificultar para que se mude então esta atual situação é a falta de respaldo das organizações a quem compete algum tipo de atitude.

Gentili (2000, p. 193) afirma que:

Os empregos informais se desenvolvem então nos serviços ou no comércio e mais particularmente os de estrita sobrevivência. A oferta aumenta, mas a demanda diminui. Então é lógico que o nível da receita total da maioria desses empregos se reduz consideravelmente e que a pobreza se desenvolve e se aprofunda. A desigualdade entre os pobres cresce e a heterogeneidade dos empregos informais aumenta à medida que a inflação, a crise e o número desses empregos se desenvolvam.

Juntamente com a rapidez com que a modernização avança o trabalho informal, a pobreza desenvolvem na mesma proporção, ocorrendo um ciclo de desigualdades.

De acordo com Salles (2004, *apud* TELLES, 1992.).

Privados dos direitos garantidos por lei, do contrato que funda a chamada cidadania regulada, emergem homens, mulheres, jovens e crianças destituídos do trabalho, da cidadania, fixando-se na liminar da ordem e da desordem. Em outros termos, suas existências são desenhadas em negativo; não são trabalhadores, não tem acesso á proteção dos direitos sociais garantidos pelo Estado e não tem qualificação para o trabalho.

E esses, que de alguma forma não puderam acompanhar as transformações na velocidade com que foram impostas, são deixados para traz, privados de seus direitos, sem a proteção necessária e principalmente sem chances de crescimento.

A partir daí forma-se então um desencadeamento de outras diversas formas de exclusão, pois o fato de não se ter uma educação adequada vai gerar o desemprego ou o subemprego, o que vem gerar outras conseqüências, como a fome, a miséria. Onde predomina a pobreza muitas das vezes se acham doenças, justamente pela falta de recursos para prevenção e cura. A violência também vem afetar como uma outra conseqüência do desemprego, com todo este contexto só vem aumentar também o números de crianças abandonadas, o trabalho infantil.

Desta forma se conclui que se faz necessário que ocorra uma mudança na economia, a implantação de iniciativas educacionais, preventivas e a grande importância de uma base profissionalizante, mas acima da implementação é necessário a execução, esta execução não depende exclusivamente do Estado ou da política implementada mas acima de tudo da ação e do comprometimento do profissional que irá executá-la.

2.3 Sistema Único de Assistência Social

Diante das atuais transformações que vem ocorrendo na sociedade contemporânea faz se necessária também novas políticas e novas formas de agir e intervir frente a essas transformações, agir de forma que os indivíduos alvo das políticas sejam realmente atingidos.

Faz se necessário mais que apenas o pagamento de uma de um benefício, a uma

família que necessite do mesmo, pois de fato este, auxilia no desenvolvimento da família mas, isto não permite sua total inclusão, há outras áreas que também necessitam serem trabalhadas e que não podem ser supriadas apenas com este auxílio como; saúde, escolaridade, moradia, entre tantas outras condições de exclusão social, sendo assim está a necessidade de uma política que possa de fato fazer a ruptura do ciclo da pobreza.

Segundo Stiglitz (2002, p. 299-300):

Se a globalização continuar a ser conduzida da maneira pela qual tem sido até aqui, se continuarmos a deixar de aprender com nossos erros, ela não só fracassará em promover o desenvolvimento como continuará a criar pobreza e instabilidade. Sem reformas, a reação que já se iniciou aumentará e o descontentamento com a globalização crescerá. Isso será uma tragédia para todos nós, especialmente para os bilhões de pessoas que de outra forma poderiam se beneficiar. Enquanto aqueles no mundo em desenvolvimento se arriscam a perder mais economicamente, haverá ramificações políticas mais amplas que afetarão o mundo desenvolvido também.

Sendo assim a assistência social passa por profundas mudanças, dá-se lugar a uma nova política de assistência; o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta nova política de assistência sai definitivamente da visão do assistencialismo e do clientelismo e toma um lugar superior no conjunto das políticas públicas.

Conforme Carvalho (2004, *apud* DEVELSO 2006, JESUS 2006):

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados, que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.

O Sistema Único de Assistência Social é uma forma de materializar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo, sua função é a gestão do conteúdo específico da Assistência Social, reorganiza os projetos, serviços e benefícios, com ações voltadas para o fortalecimento da família, atendimento das necessidades sociais, universalização dos direitos sociais a fim de promover ao cidadão o acesso às demais políticas públicas, prima também pela igualdade de direitos e acesso as serviços e a ampla divulgação dos serviços, programas e projetos.

Conforme cita norma da V Conferência Nacional da Assistência Social realizada em

2005, que pontua:

VI- Aprovar o compromisso da Política da Assistência Social, através do SUAS, com o desenvolvimento social do cidadão brasileiro na busca da concretização das metas sociais do milênio e das políticas sociais setoriais, em particular as de cidadania.

Esta política vem buscar justamente a emancipação do indivíduo através do seu acesso a bens e serviços, privando sempre pelo bem estar e garantindo sua cidadania. Oferece também o desenvolvimento de sua autonomia prevenindo situações de risco. Esta reorganização da política juntamente com a transferência de renda contribui para o acesso a bens e serviços, para que se possa cumprir com os objetivos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que reorganiza os programas, projetos e benefícios, de acordo com suas funções e necessidades.

Vale ressaltar que a função da Proteção Social é hierarquizada, e está subdividida em dois níveis, são eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A rede de proteção social básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco, por meio de desenvolvimento de potencialidades, também a população que se encontra em privação de renda e acesso a serviços públicos. Estes objetivos se concretizam através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que tem como uma das suas principais funções a sistematização, a divulgação de indicadores sociais na sua área de abrangência articulando serviços, fazendo com que todos tenham acesso as demais políticas públicas.

A rede de proteção especial tem por objetivo o atendimento as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, devido ao abandono, maus tratos, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, trabalho infantil entre outras formas de exclusão.

Ribeiro (2003, p 87) pontua:

A vinculação da renda mínima a programas de educação de jovens e adultos, [...] são outros mecanismos importantes que vem sendo experimentados na busca permanente de emancipação da família de forma que não precise depender no futuro da renda mínima transferida, mas de seu trabalho.

Os programas, projetos e serviços que são oferecidos aos indivíduos têm por finalidade emancipá-los, assim como transferência de renda, e inclusão produtiva, que trabalha a inserção e reinserção de jovens, adultos, pessoas com deficiência, idosos, em oportunidades de capacitação e geração de renda, permitindo que o indivíduo se emancipe através de seu próprio trabalho, auxiliando não apenas em um indivíduo isolado mas toda a

família.

A Política Nacional da Assistência Social busca incorporar as demandas presentes na atual sociedade, tornando clara a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, sendo vista como única forma, ou forma mais eficaz da defesa de direitos e efetivação dos mesmos.

Muniz (2004 p. 73) afirma:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

Portanto, é primordial o trabalho da assistência social voltado ao adolescente, principalmente assistindo o mesmo em suas necessidades e anseios, sendo esses pessoais, familiares ou comunitários. Trabalhar a inserção do adolescente no mercado de trabalho é também uma forma de inseri-lo e propiciar tanto a ele quanto a sua família condições de subsistência com qualidade de vida, desde que essa inserção seja adequada e acompanha, para que os mesmos possam desenvolver suas habilidades e descobrir suas aptidões.

2.4 O Trabalho do Adolescente

Diante das inúmeras transformações que vem ocorrendo na atual sociedade, os adolescentes, talvez hoje sejam os mais atingidos, pois, a pobreza afeta grande parte das famílias brasileiras, fazendo muitas vezes com que os pais dêem prioridades para os ganhos emergenciais, tornando assim necessário que seus filhos trabalhem, mesmo comprometendo seu pleno desenvolvimento, no aspecto educacional, psicológico e moral e físico.

A grande maioria dos adolescentes que se encontram nesse situação são obrigados a escolher entre o estudo e o trabalho, sem muita opção acabam escolhendo o trabalho e abandonam a escola. A falta de educação que ocasiona a baixa escolaridade, e falta de estrutura das famílias, tende a prejudicar o pleno desenvolvimento deste adolescente.

Conforme Oliva (2006, p. 83, apud FONSECA, 1995, p. 92-93).

A criança Menorizada, portanto é aquela que, devido a situação sociopolítica desta sociedade, acaba assumindo papéis que não são próprios de sua condição de criança. A necessidade obriga a sua inserção precoce no mercado de trabalho, sem as devidas garantias previstas por lei. Ficando expostas a vários tipos de explorações e violências por parte dos adultos. Ao entrar precocemente no mercado de trabalho, muitas crianças vêm obrigadas a abandonar temporariamente ou definitivamente a escola. Além deste fator, a falta de vagas em escolas e o total distanciamento entre o que se aprende na vida cotidiana e aquilo que é ensinado nas salas de aula também ocasionam elevada evasão escolar.

Sendo assim são inúmeras as conseqüências causadas a uma criança ou adolescente vítimas do trabalho infantil, assim como a evasão escolar, surgem outras conseqüências como a falta de escolaridade, o fator psicológico, a privação de seu direito a infância, ocasionando também transtornos em seu desenvolvimento moral e social.

Segundo Stephan (2002, p. 44):

Para o sucesso da erradicação do trabalho infantil há um longo caminho a ser percorrido, passando-se pelo inevitável percurso de transição, representado por medidas que devem ser mantidas com a responsabilidade de casa país, através de alternativas destinadas a evitar o recurso da mão-de-obra infantil, impedindo a realização dos trabalhos perigosos e melhorando as condições de trabalho.

Para que então as diversas formas de trabalho infantil sejam extintas há uma necessidade de não apenas um trabalho voltado para a criança, mas para toda a família, buscando proporcionar principalmente melhores condições de trabalho.

Conforme cita Stephan (2002, p 44):

Não há dúvidas, entretanto que para se obter sucesso na luta contra a exploração do trabalho infantil, não basta o compromisso político de cada governo, mas também a colaboração das organizações de empregadores e de trabalhadores, das organizações não governamentais(ONG's), das universidades, dos meios de comunicação, enfim, da sociedade como um todo.

Além dos programas governamentais de erradicação do trabalho infantil, é necessário também que haja um comprometimento por parte de toda uma sociedade e por

parte da família, que muitas vezes sem opção acaba permitindo que seu filho seja a explorado, seja essa exploração por parte de trabalhos físicos e exaustivos e mesmo sexuais. Vale ressaltar que é de grande valia um trabalho informativo e educativo no tocante a pessoas e/ou empresas que insistem em empregar crianças e adolescentes compactuando para o crescimento da exploração, faz-se indispensável o auxílio das organizações não governamentais que podem contribuir no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, oferecendo-lhes caminhos diferentes para seu pleno desenvolvimento e de sua família.

Para que seja erradicado o trabalho infantil torna-se necessário leis que fundamentem os direitos da criança e do adolescente. A primeira lei que estabeleceu proteção à criança e ao adolescente em relação ao trabalho surgiu em 1981 e vem sofrendo alterações até os dias de hoje. Fica clara a proibição de qualquer forma de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

Além das leis que permeiam os direitos do adolescente em relação ao trabalho, o fator da formação profissional entra como um elemento importante no processo educativo, pois é através deste processo que os adolescentes terão garantidos seus direitos enquanto cidadão, pois com as transformações ocorridas no mundo do trabalho acabaram por minimizar as possibilidades para a classe trabalhadora.

Segundo Stephan (2002, p 99):

Há de se reconhecer, ainda, que o trabalho educativo, quando realizado por um adolescente, merece especial cuidado porque se refere a uma personalidade em desenvolvimento, devendo-se, pelo menos, respeitar as normas genéricas de proteção, tais como respeito da idade mínima, proibição de trabalhos insalubres, perigosos, penosos, compatibilidade escola-trabalho, etc...

Mesmo que o adolescente esteja como aprendiz, faz-se necessário um cuidado especial, pois, o mesmo está em fase de desenvolvimento, podendo assim causar conseqüências, pois mesmo que esteja no mercado de trabalho, cabe ressaltar que ainda é um adolescente e seu crescimento deve acontecer no tempo exato de acordo com sua idade, sem que seja necessário pular etapas.

Oliva (2006, p. 110) ressalta que:

Se todos cumprirem a sua parte, as pessoas, durante a infância a juventude, poderão desfrutar, de fato e na sua plenitude, das conquistas que o ordenamento jurídico lhes assegura, com mais direitos do que aqueles conferidos aos cidadãos adultos, justamente em razão do peculiar estágio da vida em que se encontram, ou, seja do seu desenvolvimento incompleto.

De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente temos (ECA):

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade salvo da condição de aprendiz..

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Para o ECA todo adolescente enquanto aprendiz deve estar em processo de aprendizagem, para qualificações, podendo assim disputar as mesmas oportunidades no

mercado de trabalho.

Segundo UNESCO (1964, p. 216, apud, OLIVEIRA, 2004, p. 11-12):

Tecnico-profissional é um termo utilizado em sentido lato para designar o processo educativo quando este implica, além de uma formação geral, estudos de caráter técnico e a aquisição de conhecimentos e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Como consequência de seus objetivos extensos, o ensino técnico e profissional distingui-se da “formação profissional” que visa essencialmente a aquisição de qualificações práticas de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados.

Ainda segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 63. A formação técnico profissional obedecerá aos seguintes princípios: I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III – horário especial para o exercício das atividades.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados Os direitos trabalhistas e previdenciários.

O fato é que a aprendizagem profissional deve respeitar as condições especiais do adolescente, pois o enfoque principal é a proteção integral do mesmo, não podendo ignorar nenhum aspecto que possa ser obstáculo para o pleno desenvolvimento do menor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante ao adolescente:

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência a

escola.

Também cabe salientar o inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal que proíbe, o trabalho noturno para aqueles que ainda não completaram dezoito anos de idade, pois o trabalho noturno, traz mais desgaste físico e mental para o adolescente, ainda fica vedado os horários que não permitam a frequência a escola. Cabe à escola técnica ou entidade que estiver assistindo ao aluno assegurar aos mesmos todos estes direitos.

Conforme Oliva (2006, apud OLIVEIRA, 2002, p. 217-218):

Há trabalhos que, pelos seus objetos ofendem a moral e os bons costumes, sejam quais forem os locais em que se desenvolvam. Temos como exemplo os serviços vinculados ao jogo proibido, á prostituição as vezes mal mascarada (casas de massagem), ao tráfico de drogas. Tais trabalhos não podem ser exercidos por adultos e, com maior razão, por adolescentes.

Há trabalhos que são considerados imorais independente dos lugares nos quais são exercidos, sendo assim torna-se não recomendável para adolescentes, mediante a falta da maturidade e seu incompleto desenvolvimento, podendo afetar seu desenvolvimento moral, social, físico e psíquico

O Art. 68 do Estatuto da criança e do adolescente (ECA) diz que:

O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

O trabalho educativo pode ser utilizado por entidades governamentais ou não governamentais, desde que articule o trabalho sócio-pedagógico, que busca levar aos adolescentes inseridos a educação, o trabalho e a geração de renda. O aspecto educativo referente ao desenvolvimento do mesmo deve ser prioridade frente ao aspecto produtivo, pois, o adolescente em momento algum deve ser visto apenas sob a perspectiva de ser inserido no mercado de trabalho, mas, sim visando sempre as condições de capacitação para futuras inserções no mercado de trabalho, levando-se em conta sempre o desenvolvimento pessoal e social do educando.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz ainda em seu Art. 69 que:

O adolescente tem direito a profissionalização e à proteção no trabalho, observando os seguintes aspectos, entre outros:

I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Acima de qualquer atividade que o aprendiz vier a exercer predomina então suas condições enquanto um cidadão ainda em desenvolvimento, respeitando então o tempo deste desenvolvimento, capacitando-os para inserções futuras.

Stephan (2002,p. 100, apud SÀ, 1997. P. 122) afirma:

A profissionalização e a proteção no trabalho devem ser entendidas na sua interface como o caminho para a emancipação humana, considerando que a primeira tem na sua dimensão política a educação social, política e cultural, negando o treinamento e o domínio de habilidades como etapas isoladas da educação básica.

Sendo assim são muito importantes as experiências dos jovens durante este processo educativo, pois todos os conhecimentos de forma geral podem ser aplicados não somente no mercado de trabalho mas na sociedade, na sua própria comunidade. Este período de aprendizado pelo qual o adolescente e jovem passam, é o início do caminho para que ocorra uma futura emancipação do mesmo enquanto cidadão.

Conforme Stephan (2002, p. 122)

Entendemos, entretanto, que não cabe ao Direito legitimar esta realidade. Ao contrário, a realidade é que precisa mudar, para que a norma jurídica tenha a necessária eficácia social, porque simples alterações constitucionais não são uma panacéia. É preciso, portanto que sejam executados programas sociais sérios e eficientes, além da severa fiscalização e punição daqueles que infringem a lei.

Mesmo com o grande avanço das Leis, com as conquistas que foram alcançadas no que diz respeito a criança e ao adolescente ainda se tem muito que fazer, tendo em vista a grande quantidade de crianças e jovens que estão fora de projetos como estes, que regularizam e dão oportunidades de emancipação, ainda se tem um grande percurso no que diz respeito a legitimação de direitos à criança e ao adolescente, mas de fato não são necessárias apenas mudanças constitucionais, é necessário projetos, programas, entidades e

principalmente profissionais comprometidos com aquilo que se propôs a fazer.

Guerra (1995, p. 13) ressalta que:

É pela via do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, criando, para isso, os meios que lhe permite. A satisfação destas, ao mesmo tempo em que as cria, reproduz-se enquanto ser prático-social. O trabalho é para o homem a condição natural de sua existência e sua condição de homem.

O trabalho torna-se indispensável para o homem já que é através dele que o homem busca seus ideais, suas necessidades, suas realizações, é através do trabalho que o homem é reconhecido em seu meio social, tornando-se assim indispensável para a existência e sua condição enquanto cidadão. Para o adolescente não é diferente, torna-se também uma necessidade a partir do momento em que as transformações vão ocorrendo, desde que esteja apto para tal, não deixando de respeitar seu desenvolvimento natural enquanto cidadão com responsabilidades e deveres frente a uma sociedade.

Sem dúvidas o trabalho e o aprendizado que são oferecidos para o adolescente através da lei do aprendiz vêm auxiliar no seu desenvolvimento, tirando-os da alienação e trazendo-os para a realidade, em sua grande maioria são adolescentes vítimas da pobreza e da exclusão sem qualquer perspectiva de crescimento e de futuro. Assim que inserido no mercado de trabalho o mesmo terá então a partir daí novas chances de crescimento, aumentando suas perspectivas para o futuro, e essas transformações não ocorrem somente no adolescente, mas em toda a sua família, pois a partir de seu trabalho muitas das vezes possibilitará melhores condições de vida para toda a sua família.

Mas como já citado, para que tudo isso ocorra são necessárias políticas e programas realmente comprometidos com estes jovens, que certamente serão os adultos responsáveis por seu futuro.

2.5 Avaliação de Programas

A avaliação de políticas e programas sociais consiste em uma pesquisa avaliativa, sendo objeto de estudo programas sociais, desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais. Pode-se distinguir vários objetivos, levantar hipóteses, conhecer meios, resultados e impactos da intervenção, verificando os seus efeitos na sociedade, identificando os pontos que necessitam melhorar para melhores resultados, buscando sempre a eficiência e

eficácia. A eficiência tem por finalidade obter menor custo e maior benefício; a eficácia é produzir mudanças significativas no seu público alvo.

De modo geral a avaliação possibilita comparar os resultados obtidos com aquilo que tinha traçado como meta, como também novas adequações que possa atender as necessidades dos usuários. A avaliação deve ser integrada como uma atividade permanente que acompanha todas as fases da política desde a identificação do problema até as mudanças necessárias.

De acordo com Cano (2002, p. 13):

Basicamente, a avaliação de um programa social tem por finalidade determinar se o programa atingiu ou não os objetivos previstos. Em outras palavras, trata-se de comparar dimensões relevantes em dois momentos de tempo, antes e depois da intervenção, para comprovar se esta provocou a mudança esperada.

Deve então observar os vários aspectos do programa, como por exemplo, se o programa vem atingindo seus objetivos propostos, e como é possível melhorar este programa de forma geral.

Segundo Cano (2002, p. 97, apud SCRIVEN 1967):

A avaliação somativa visa a concluir se um programa social existente surte ou não o efeito desejado. Para tanto é preciso que o programa esteja consolidado e que tenha sido implementado de forma satisfatória. A avaliação formativa se debruça sobre o programa em andamento, simultaneamente ao seu desenvolvimento com o objetivo de melhorá-lo. O primeiro tipo responde á pergunta: o programa cumpre os seus objetivos?. Já o segundo tipo tenta responder á pergunta: como é possível melhorar o programa.

Existem também outras formas de avaliação, a avaliação ex-ante, e a avaliação ex-post. A avaliação ex-ante é realizada no começo de um programa, que vai justamente decidir se por implementar ou não o programa, fazendo um diagnostico que irá auxiliar na captação de recursos disponíveis de acordo com os objetivos propostos. Já a avaliação ex-post é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, onde as decisões vão ser baseadas nos resultados alcançados, enquanto o programa está em execução. Este tipo de avaliação irá julgar se deve ou não continuar, se deve ou não sofrer algum tipo de modificação, se o programa já foi concluído, devera então avaliar se o mesmo tipo de programa deve ser aplicado ou não.

Existe ainda a avaliação de processo que visa acompanhar e avaliar a execução da

implantação dos programas e políticas. A avaliação de impacto focaliza os efeitos e os impactos sobre o público alvo do programa, avaliando sua efetividade social, através das mudanças ocasionadas devido à intervenção dando maior enfoque nos efeitos causados. Existe também a avaliação instrumental de análise que avaliará a eficiência e a eficácia.

Conforme Silva (2001, p. 19, apud CARVALHO 1998):

A avaliação nos moldes positivistas formata a avaliação tradicional que tem sofrido fortes críticas: por sua perspectiva quantitativista; pelo seu caráter externo; pelas fragilidade metodológicas apresentadas; pela sua preocupação excessiva com a eficiência, eficácia e adequação dos programas sociais e finalmente por sua incapacidade de apropriar-se do conjunto de fatores e variáveis contextuais e processuais, que limitam ou potencializam resultados e impactos.

A avaliação não busca apenas informações quanto aos instrumentos usados, à forma com que foram utilizados, juntamente com a eficiência e eficácia, mas se faz necessário uma avaliação que de fato venha trazer as verdadeiras mudanças ocorridas através da intervenção de determinado programa. Não deve ficar limitado a determinados fatores de avaliação, pois são os diversos fatores que ocasionam uma mudança, um resultado, sendo assim se faz necessário um leque maior de fatores e a partir daí verificar se as mudanças ocorridas se deram realmente através do programa em execução. Carvalho afirma que (2001, p. 88) “é preciso uma concepção totalizante da avaliação que busque apreender a ação desde a sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos.

ROCHE, por outro lado coloca que (2002) “ A ampliação da visibilidade de seus trabalhos vem gerando as ONGS uma crescente pressão para que demonstrem as mudanças provocadas no cenário social em decorrência de suas intervenções”. Em se falando de avaliações e em visibilidades temos as ONGS que necessitam de uma avaliação que realmente busque mostrar os resultados ou então melhorias para que se aumentem as chances de chegar aos objetivos esperados, uma vez que na atual sociedade as ONGS tem tido maior visibilidade enquanto sua importância e responsabilidade.

Há também a avaliação de programas de forma participativa. Silva (2001, p. 30, apud, RIOS, 1998, p.113) afirma que “O que se quer com um processo de avaliação participativa é que os sujeitos possam de verdade fazer parte do processo”. Durante o processo de avaliação faz necessário a participação dos beneficiários, se tornando assim uma avaliação mais rica, já que eles são os diretamente afetados pelos resultados ou efeitos do programa, fazendo que a avaliação tome uma forma reflexiva e socializada com os

sujeitos.

Segundo Barreira (2002, p 49):

Ainda se convive com a impressão de que a maioria dos programas e serviços sociais oferecidos para a população não funciona ou não apresenta impacto significativos. Os embates políticos partidários, as ideologias conflitantes especialmente a retórica pessimista que a mídia imprime a seus noticiários, também contribuem para esta visão negativa.

Assim a avaliação participativa, quando possível, poderá acabar ou ao menos amenizar a impressão daqueles que de certa forma tem uma opinião sobre os programas, visão esta que é imposta até mesmo pela falta de acesso a tais resultados, objetivos, e melhorias.

Segundo Barreira (2002,0p 06):

Transformação e mudança da realidade são previstas através do processo participativo. Há uma radicalidade intencional quando se fala em transformar e mudar. Não apenas proposta de melhoria de vida, mas de inclusão social da população excluída e de conquista da cidadania.

Diante das transformações nas políticas da assistência social, assim como a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se faz necessário a elaboração de políticas e programas, dando primazia à família, sendo assim o processo de avaliação deve estar comprometido com estas propostas, que prevê a proteção social, o pleno desenvolvimento sócio-familiar, a integração a seguridade social, e a integração as políticas sociais. Desta forma as avaliações devem se preocupar em enfatizar os impactos na vida da população atendida, visando um processo emancipatório.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste item será apresentada a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, bem como os caminhos e técnicas que possibilitaram sua realização. Vale ressaltar que também foram encontradas facilidades e dificuldades no decorrer do estudo o que oportunizou grande aprendizado e o levantamento de sugestões.

3.1 Programa Preparação para o Primeiro Emprego

Historicamente o trabalho e a mão de obra barata sempre esteve presente na vida dos adolescentes, principalmente nas camadas mais populares, diante das transformações ocorridas devido o desenvolvimento do capitalismo as desigualdades sociais vem se colocando muito rapidamente nas famílias juntamente com a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, e em sua maioria os adolescentes expostos a este tipo de trabalho funciona como uma forma de complementar a renda familiar, renda que os pais sozinhos não

conseguem manter.

Os jovens se vêem diante de um mercado de trabalho muito seletivo, sendo assim, todo aquele que pretende ingressar no mercado de trabalho formal, longe da exploração e da mão de obra barata, necessita de uma visão ampla do mundo e da sociedade atual, como por exemplo, a liderança, a criatividade, a capacidade de trabalhar em equipe, ter visão do futuro, ter comportamento empreendedor e dinâmico. Diante de tantas exigências para o ingresso no mercado de trabalho, os jovens de baixa renda consideram-se em desvantagem, devido a baixa escolaridade, a falta de experiência profissional e a falta de qualificação exigida, já que a falta de recursos financeiros dificultam para uma profissionalização.

Sendo assim se faz indispensáveis programas, serviços e projetos que venham intervir nesta realidade, que promovam a capacitação e a preparação para a inserção adequada ao mercado de trabalho, a fim de promover a igualdade das oportunidades no mercado de trabalho, dando aos jovens perspectivas para o futuro, preparando-os para a vida e crescimento pessoal.

O Programa Preparação para o Primeiro Emprego, tem como objetivo proporcionar aos adolescentes o desenvolvimento pessoal de aprendizagem e gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, concretizando-se através de um conjunto de atividades sócio educativas. Tem como público alvo, adolescentes com idade entre 15 a 18 anos, de ambos os sexos, escolaridade mínima de 6º anos, matriculados na rede regular de ensino, já nas entidades que atendem a Lei do Menor Aprendiz, a idade mínima poderá ser de 14 anos e 6 meses e a escolaridade deverá ser no mínimo a 8º série, devem estar matriculados na rede pública de ensino e pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social.

O programa, através de sua metodologia, tem por objetivo que os adolescentes tornem-se sujeitos, que cada um identifique sua dificuldade e busque superá-la, possibilitando que exerçam sua cidadania. Para isso são utilizados instrumentos e técnicas como; debates, palestras, vídeos; todas as atividades são planejadas e desenvolvidas em conjunto com o serviço social, que realiza também visitas domiciliares, entrevistas sociais, ações individuais, coletivas e encaminhamentos. O serviço social atua para suprir necessidades apresentadas bem como assegurar um processo de inclusão.

Conforme Iamamoto (2001 p. 148):

Democracia envolve a luta pela ampliação da cidadania, com vistas à efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos. Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma

cidadania impulsionadora de novos direitos, que atribua na luta para a ampliação da legalidade institucional. A luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais é um desafio que se atualiza no dia a dia do assistente social.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelo serviço social deve ser pautado nas diretrizes do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) bem como no projeto ético político profissional que busca constantemente a efetivação da cidadania e a defesa dos direitos sociais.

Este serviço é desenvolvido por meio de núcleo de desenvolvimento pessoal, de aprendizagem e núcleo gerencial, utilizando-se da teoria dos “sete hábitos das pessoas mais eficazes” que busca o despertar das responsabilidades, o aprimoramento de sua consciência, de forma que os adolescentes estejam preparados para reagir frente às situações, além do desenvolvimento de habilidades e competências e noções de auto gestão e empreendedorismo.

Estes núcleos são divididos por módulos e aplicados durante doze meses, tendo como princípio as demandas do mercado de trabalho.

3. 2 Metodologia da Pesquisa

De acordo com Mynayo (2001 p. 16) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitem a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador.

Lênin (*apud* Minayo 2001 p. 16) coloca que:

O método é a alma da teoria, distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentais) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Este estudo, sobre a temática “Avaliação dos resultados do Serviço Preparação Primeiro Emprego, após a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pelo

Consórcio Intermunicipal Promoção Social - CIPS”, teve como objetivo desvelar a importância do programa na vida dos adolescentes inseridos no mesmo, bem como a evidente melhora no seu desenvolvimento psico-social, profissional.

A metodologia se faz necessária, visto que é o caminho percorrido para atingir os objetivos propostos, bem como para evidenciar a hipótese de estudo.

Demo (2000, p. 11) pontua que:

Metodologia significa na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. Ao mesmo tempo que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência a capacidade de conhecer, seja com referência de intervir na realidade.

O estudo iniciou-se com a elaboração do anteprojeto, a partir do objeto de estudo: os resultados do Serviço Preparação para o Primeiro Emprego no desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes e jovens atendidos pelo CIPS.

O CIPS, especificamente por meio do Programa Preparação para o Primeiro Emprego tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento pessoal, de aprendizagem e gestão, contribuindo para a igualdade de oportunidades à inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e onze meses.

Lançou-se mão de estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo para a realização deste trabalho. Posteriormente, efetuou-se a elaboração de hemeroteca e fichamento bibliográfico, possibilitando a construção da fundamentação teórica do trabalho. Através da pesquisa bibliográfica fez-se um levantamento exploratório de livros e artigos científicos relativos ao tema abordado, tendo como principal vantagem o domínio do tema, para que assim o investigador tenha uma ampla sucessão de idéias e teorias sobre a temática em questão.

A pesquisa exploratória objetiva favorecer a familiaridade com o problema da pesquisa, visando explicitá-lo. De acordo com Trivinõs (1987, p. 109):

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou tipo experimental.

Realizou-se a análise documental nos prontuários do CIPS, especificamente dos sujeitos participantes da pesquisa, afim de conhecer sua trajetória, bem como sua situação econômica, para ampliar o estudo e o conhecimento sobre o tema desenvolvido neste aspecto, Gil (1989, p. 163) afirma:

A análise documental é entendida como uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade, a interpretação destas mesmas comunicações.

A opção quali-quantitativa foi considerada a mais apropriada para pesquisar o tema proposto em virtude de se dedicar à análise e oportunizar ao pesquisado condições de participar, compreender e interpretar a realidade vivenciada, possibilitando mais entrosamento e aproximação entre pesquisador e pesquisado, bem como maior obtenção de informações que interessam à investigação.

Para melhor explicar o conceito de abordagem quali-quantitativa, faz-se referência Minayo (2001, p. 22):

A diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem os fenômenos apenas à região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, de dados qualitativos e quantitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se completam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Utilizou-se, como instrumental de coleta de dados o questionário, com perguntas abertas e fechadas, permitindo assim que o sujeito ficasse à vontade, objetivando alcançar os objetivos propostos.

É importante ressaltar que foi permitido ao entrevistado responder ao questionário; de ante-mão houve uma conversa permitindo que o mesmo se sentisse a vontade para expor sua real idéia sobre o mesmo. Essa estratégia favoreceu a participação do grupo, uma vez que foram subdivididos em três grupos, visando alcançar melhores resultados.

Chizzotti (1987, p. 146) pontua que:

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

A pesquisa se deu no mês de Junho de 2008, com base nos questionários e foram realizadas através de três subgrupos, separados aleatoriamente, no mesmo dia e período, porém com a duração de aproximadamente 60 minutos para cada grupo, sendo explicitados os objetivos e os propósitos da aplicação da pesquisa de forma clara e objetiva.

O universo da pesquisa foi constituído por 250 jovens e adolescentes do CIPS, todos inseridos no mercado de trabalho no ano de 2007. Destes adolescentes foi pesquisada uma amostragem de 30% de maneira aleatória simples, totalizando 75 sujeitos.

Inicialmente foi aplicado o pré-teste com três usuários, constatando-se que, após a aplicação, fez-se necessário à realização de algumas alterações no instrumento de coleta de dados, a fim de melhorar o alcance dos objetivos traçados no projeto.

Vale ressaltar que não houve resistência por parte de nenhum sujeito com relação a participação da pesquisa, e que todos os participantes consentiram em ceder essas informações para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado com veracidade.

Após o término do preenchimento dos formulários da pesquisa, efetuou-se a tabulação dos dados colhidos para a elaboração dos gráficos, onde foi possível visualizar as mudanças e transformações ocorridas junto aos adolescentes inseridos no mercado de trabalho após seu ingresso no Programa Preparação para o Primeiro Emprego.

Para fazer a leitura e análise dos dados coletados foi necessário organizá-los em três eixos; o perfil dos adolescentes assim que inseridos no Programa Preparação para o Primeiro Emprego; o perfil após a inserção no mercado de trabalho; mudanças ocorridas no aspecto pessoal e profissional dos adolescentes e mudanças ocorridas com os adolescentes após a inserção no mercado de trabalho e suas conquistas e expectativas para o futuro, o que será apresentado e discutido no próximo capítulo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Brasil vivenciou, nas décadas de 1980 e 1990 um movimento que visava alterar tradições históricas na área da infância e juventude, destacando a atenção à criança e adolescente, adotando políticas sociais de qualidade, pautadas por uma forma de participação popular, garantindo que a sociedade opine sobre suas reais necessidades, recuperando assim o sentido fundamental da democracia e da cidadania. Sales (2004, p. 189), pontua que:

As questões discutidas sobre a participação popular e democrática vêm se consubstanciar na política social brasileira a partir da Constituição Federal de 1988. Trata-se de um movimento nacional destinado a garantir uma nova lógica na gestão das políticas sociais, entre elas, a da criança e do adolescente... Aquela que incorpora o princípio da participação popular direta e da descentralização do poder político.

Com o surgimento do ECA em 1990, houve um grande avanço a respeito do tratamento das crianças e do adolescente enquanto sujeitos de direitos. Sobre esse assunto, Martins (2004, p. 13) afirma que:

Há treze anos, entrou em vigor a Lei 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, que consonância com o que prescrevia a Constituição Federal de 1988, estabeleceu no Direito Brasileiro um novo paradigma em relação à infância e à adolescência: crianças e jovens foram elevados à condição de titulares de direitos fundamentais assim como os adultos.

Trabalhando então sob uma perspectiva de garantia de direitos, tomamos por base o trabalho de adolescentes e jovens e suas “discutidas” vertentes.

O que se pode fazer para que o adolescente se profissionalize a fim de garantir a esse um futuro com maiores oportunidades, visto que diante dessa sociedade tão excludente e que visa apenas o lucro e não se pensa no bem maior; nesta perspectiva o CIPS enquanto entidade social, trabalha na emancipação desses adolescentes e jovens a fim de, garantir-lhes oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

O presente trabalho tem com objetivo geral avaliar os resultados do Serviço Preparação para Primeiro Emprego no desenvolvimento pessoal e profissional dos adolescentes e jovens, e como objetivos específicos de identificar o perfil dos adolescentes no momento em que ingressaram na entidade, alterações ocorridas no desenvolvimento pessoal e quanto a qualificação profissional e situação sócio econômica.

A pesquisa foi aplicada em 75 adolescentes o que totalizou 30% do universo de 250, vale ressaltar que todos os adolescentes pesquisados foram inseridos no mercado de trabalho no ano de 2007 com idade média de 16 a 17 anos de idade.

Sendo assim para se fazer uma leitura dos dados coletados foi necessário subdividi-

los em 03 eixos, o perfil dos adolescentes assim que inseridos no programa Preparação para o Primeiro emprego, o perfil após a inserção no mercado de trabalho, mudanças ocorridas no aspecto pessoal e profissional dos adolescentes e Mudanças ocorridas com os adolescentes após a inserção no mercado de trabalho e suas conquistas e expectativas para o futuro.

4.1 O perfil dos adolescentes no ingresso ao Programa

Assim que os adolescentes são inseridos na entidade, se faz necessário o preenchimento do prontuário, hoje informatizado, que é possível colher todas as informações necessárias e também o acompanhamento e evolução do adolescente na entidade.

Através da análise dos prontuários preenchidos quando os usuários são inseridos na entidade juntamente com o formulário aplicado, foi possível levantar o perfil dos adolescentes tais como; escolaridade, características pessoais, renda per capita, condições de moradia e características pessoais.

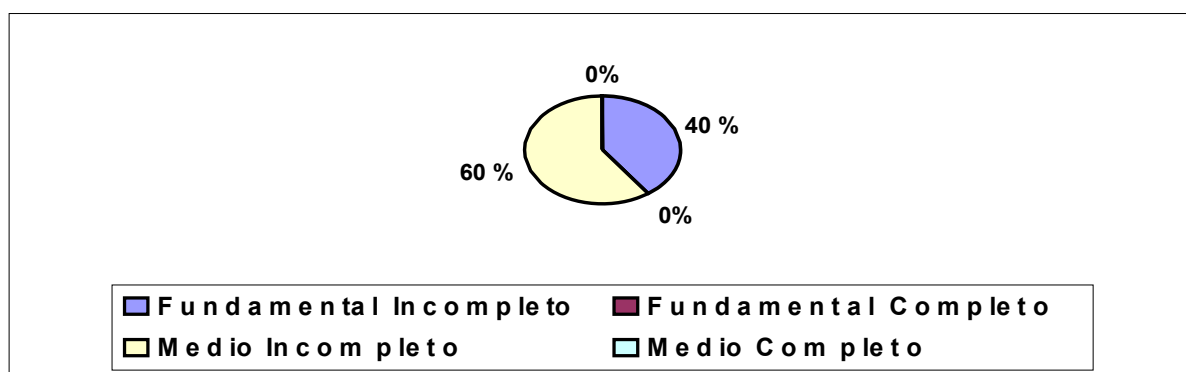


Gráfico 01 – Grau de escolaridade

Diante dos dados apresentados em relação à escolaridade no momento em que ingressaram na entidade, pode-se observar que 60% estavam no ensino médio incompleto e 40% fundamental incompleto.

De acordo com Pereira (2000, p. 81):

Rejeitando enfoques que destacam ora o Estado, hora a cultura popular, como fontes privilegiadas da educação, os autores acatam a postura de Gramsci que valoriza tanto o conhecimento do agente educador como os conhecimentos cotidianos populares. Feita esta opção, o acesso a educação formal constituirá um requisito universal prévio ao fortalecimento da autonomia individual.

Para a inserção do adolescente no serviço, é uma exigência que o mesmo esteja devidamente matriculado na rede regular de ensino, tendo em vista que os sujeitos pesquisados encontram-se com ensino fundamental completo e médio incompleto, devido sua idade, que varia de 16 à 17 anos, uma vez que se faz necessário o estudo que vem somar com sua formação profissional.

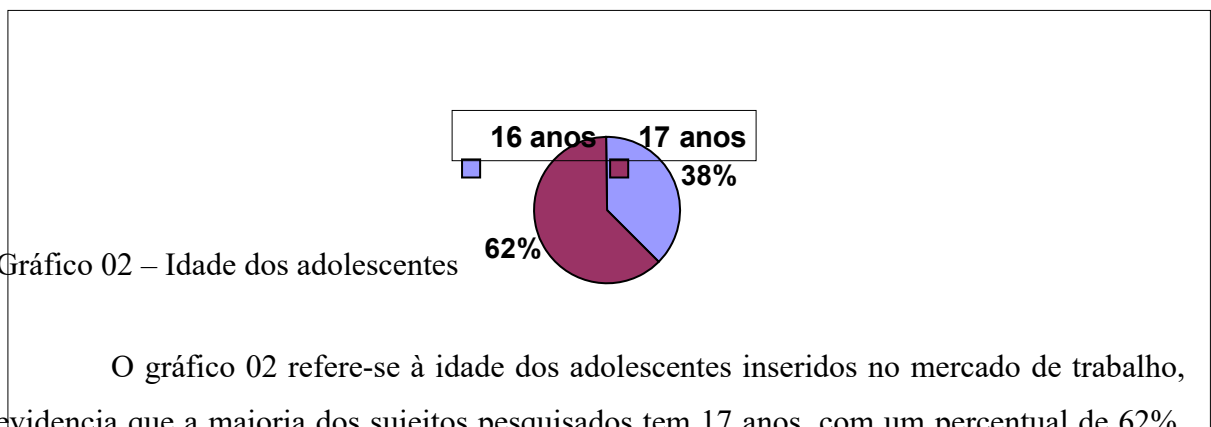


Gráfico 02 – Idade dos adolescentes

O gráfico 02 refere-se à idade dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho, evidencia que a maioria dos sujeitos pesquisados tem 17 anos, com um percentual de 62%, em seguida vem a idade de 16 anos, que atingiu 36% dos adolescentes. Vale ressaltar que a idade mínima para frequentar o serviço é de 15 anos de idade.

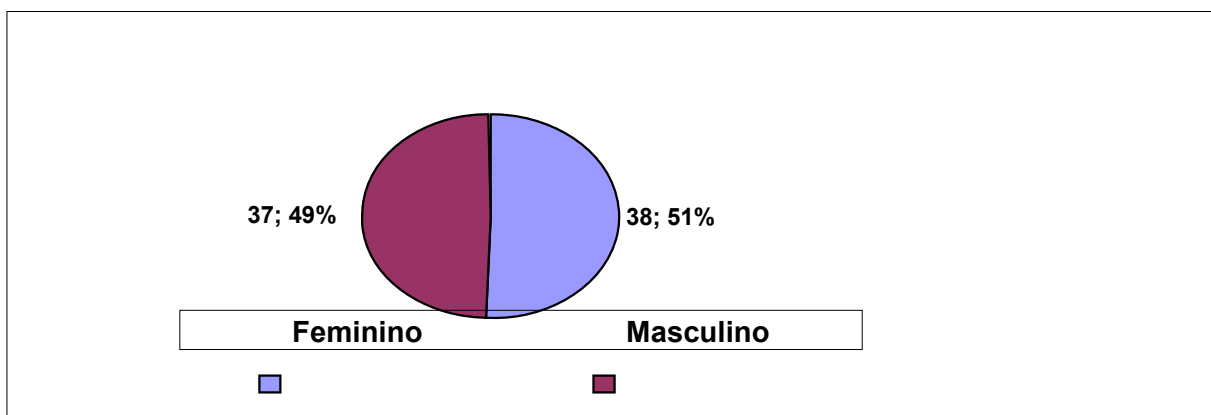


Gráfico 03 – Sexo dos adolescentes

Em relação ao sexo dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho nota-se que 38,51% são do sexo feminino e 37,49% do sexo masculino.

Nota-se que o interesse pelo serviço, bem como pela inserção no mercado de

trabalho acontece de forma igualitária, uma vez que ambos tem oportunidades profissionais iguais dentro da entidade.

Portanto pode-se perceber que ambos vem desempenhando seu papel dentro das empresas pois são preparados para lidar com as diferenças e respeitar o limite do próximo, garantindo que mudanças ocorridas na contemporaneidade são de grande valia pois é vista e respeitada de modo positiva.

Segundo Mota (1998, p.29):

[...] Mudanças, seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial, determinam novas formas de domínio o capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral visando à construção e outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociedade requerida pelo atual projeto do capital...

Através dessas mudanças e exigências desse novo mercado, surge um novo modelo de trabalhador, que procura ocupar seu espaço. Seguindo esse pensamento, podemos observar que tanto o homem quanto a mulher estão cada vez mais preocupados em conseguir um futuro profissional promissor, e buscam cada vez mais se profissionalizarem, fazendo com que se fortifique ainda mais essa questão da igualdade entre os sexos no mercado de trabalho.

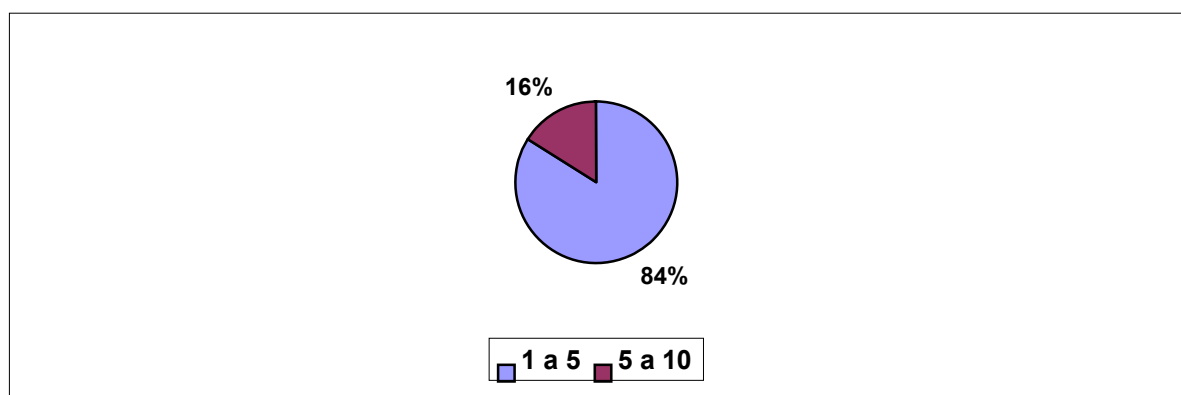


Gráfico 04 – Números de membros na família

Referindo-se a número de membros na família nota-se que 84% das famílias possuem de 1 a 5 membros, enquanto 16% das famílias possuem de 5 a 10 membros.

Nota-se que o número de membros na família tem reduzido e isto se dá devido à

ampliação dos conhecimentos sobre planejamento familiar e educação sexual, que vem se colocando de forma a atingir todas as classes sociais.

Ainda se tem muito que avançar em relação ao tema, porém os avanços são visíveis, conforme mostra a pesquisa do site <http://www.clesio.net/cn/index.php>. Acesso em 03 nov. 2008.

O planejamento familiar é uma caminhada em direção a um futuro menos sombrio para o nosso país. Mas planejamento familiar não é apenas liberação de métodos contraceptivos, é o acompanhamento das famílias, conscientização e garantia de emprego, educação e qualidade de vida. Menos que isso é encobrir as mazelas que fazem o Brasil presente nas estatísticas de violência e atraso nas relações sociais.

De acordo com a pesquisa acima citada e conforme Constituição Federal do Brasil de 1988:

[...] o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

A Lei n.º 9.263, sancionada em 12 de janeiro de 1996, regulamenta o planejamento familiar no Brasil e em seu art. 2º entende o planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direito igual de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Constata-se então que no Brasil ocorre hoje mais amplo acesso à informação o que, certamente vem possibilitar aos casais, ou as mulheres, estabelecer o número de filhos desejados, o que vem contribuindo certamente para a diminuição da natalidade.

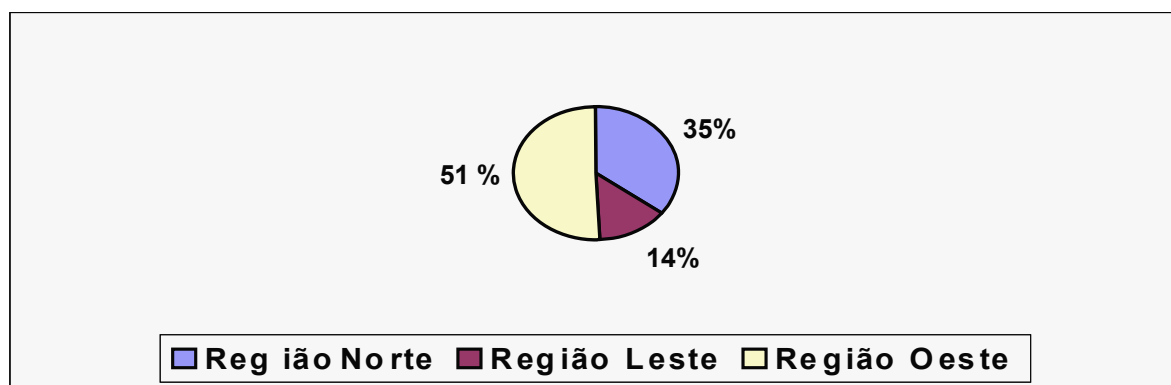


Gráfico 05 – Região Residencial

Quanto à localização de moradia, constou-se que, 51% das famílias residem na região Oeste de Bauru, 35% na região Norte e 14% residem na região Leste de Bauru.

Podemos notar que a grande maioria reside na região Oeste de Bauru, onde apesar do desenvolvimento ainda existem alguns bairros sem condições adequadas de moradia, entre estes alguns ainda considerados como favelas.

Sabe-se que a região oeste de nossa cidade é considerada a de maior concentração de vulnerabilidade e risco. São porém inúmeras moradias em situação irregular o que

impossibilita a infra-estrutura e saneamento básico.

De acordo com SILVA (1989, p. 34):

A localização geográfica das classes populares [...] decorre, como se viu anteriormente do fato de a “escolha” do local de moradia ser condicionada por uma restrição sobre tudo financeira, que provoca a segregação dessas classes como decorrência intrínseca do capitalismo, reforçada pela ação do Estado, uma vez que o capitalismo, industrialização e proletarianização são fenômenos inbricados.

Pode-se afirmar que morar na periferia em nossa cidade não é uma questão de escolha e sim de necessidade, onde muitas vezes a população é discriminada e deixada de lado. Porém acredita-se em uma política mais justa e igualitária que propicie a essas famílias melhores de condições de moradia e acesso a seus direitos.

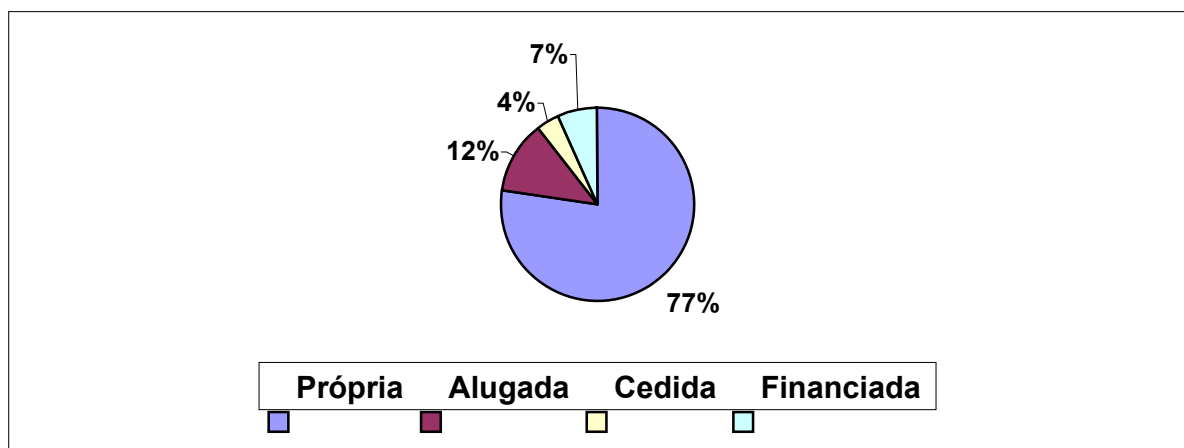


Gráfico 06 – Condições de moradia

Os dados revelam que 77% residem em casa própria, enquanto 12% pagam aluguel, 07% possuem casa financiada e apenas 04% residem em casas cedidas, sendo que a maioria reside em casa própria, porém existem famílias que não possuem escritura, por se tratar de um terreno municipal (cedido pela prefeitura), torna-se e passa a ser considerada uma favela devido ao grande acúmulo de barracos e falta de saneamento e infra-estrutura caóticos.

Esse crescente aumento na aquisição da casa própria se deu devido às facilidades criadas pelo governo e a questão dos financiamentos, os quais propiciaram que os

trabalhadores adquirissem uma moradia adequada.

Bonduki (2002, p. 89) pontua:

Baratear o custo de produção das moradias ou criar facilidades para o trabalhador construir a casa tornou-se um dos grandes objetivos dos técnicos – sobretudo arquitetos e engenheiros que debateram o tema abordando os mais diferentes enfoques: racionalização e simplificação dos sistemas construtivos, redução do padrão dos acabamentos e dos pés direitos, mudança do código de obras, estandardização das unidades, normalização dos materiais, combate à especulação imobiliária e viabilização do acesso à periferia.

Conclui-se que as classes mais vulnerabilizadas têm tido acesso mais fácil à aquisição da casa própria, pela facilidade de financiamento, de programas governamentais voltados à habitação, construção através de organizações sociais e outros.

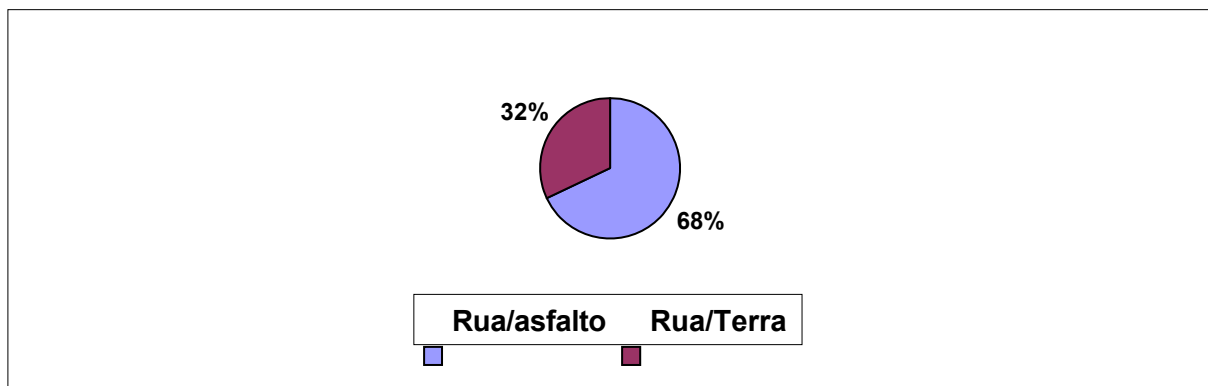


Gráfico 07 – Tipo de pavimentação

Ainda em relação às condições de moradia, o gráfico vem demonstrar que 68% dos adolescentes residem em bairros que possuem asfalto, enquanto 32% residem em bairros ainda sem pavimentação.

Por outro lado, loteamentos indiscriminados deram origem a inúmeras necessidades urbanas – calçamento das vias, canalização de córregos, drenagem de brejos e várzeas, controle de enchentes etc. (BONDUKI, 2002, p. 19).

Sabe-se que a pavimentação facilita o acesso a bens e serviços a toda população, embora seja dever do município garantir a todos os bairros o asfalto. Para isso é preciso que o município tenha condições de promover a implantação desse asfalto, bem como de mantê-lo em condições adequadas de uso, tornando-se um facilitador para que a população possa ir e

vir.

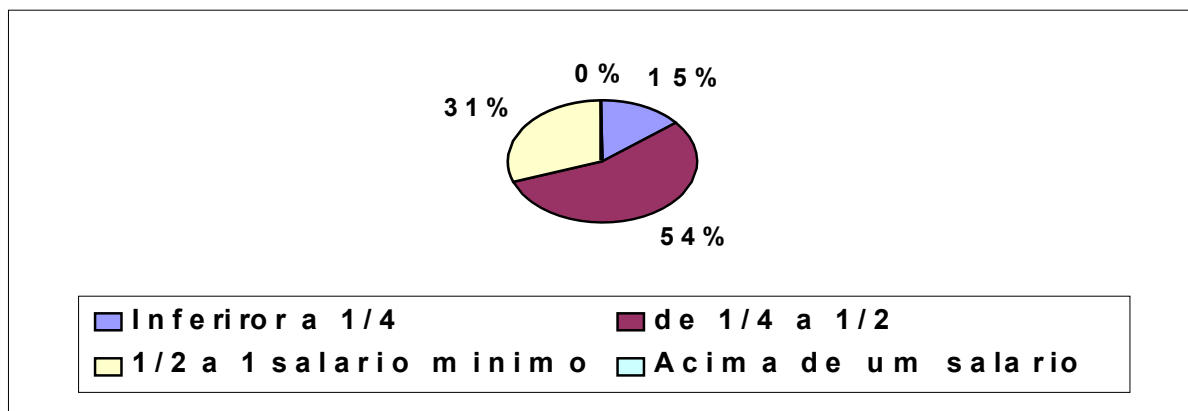


Gráfico 08 – Renda per capita

Quanto à renda per capita das famílias dos adolescentes atendidos, 54% viviam com uma renda de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 31% de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e 15% com uma renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo,

De fato a renda familiar é baixa, e o nível de famílias que recebem uma renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é alto. Em sua grande maioria encontram-se em situação de total vulnerabilidade, comprometendo assim a qualidade de vida e o acesso aos mínimos sociais.

Diante dos resultados apresentados referentes ao perfil dos adolescentes e suas famílias, a maioria encontram-se evadidos ou com atraso na rede de ensino regular devido a problemas familiares ou financeiros, entre outros. Apresentam também dificuldades e particularidades em seu aspecto pessoal, como baixa auto-estima e com muita dificuldade de comunicação. A principal consequência destes bloqueios e dificuldades em sua grande maioria é a situação sócio econômica. Geralmente sobrevivem com uma renda muito baixa, o que de fato compromete seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

De acordo com Gaiger (1996, p. 13):

A Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, promovida pelas Nações Unidas, em Copenhague (Março 1995), conclui com uma pauta de resoluções de dez compromissos, cujo eixo central para o combate dos problemas sociais em escala global são “a erradicação da pobreza, a geração de emprego produtivo e a integração social”.

Na verdade a própria Nações Unidas reconhece que a pobreza tornam-se uma questão central de todo planeta e que erradicá-lo é uma das maiores dificuldades da atualidade.

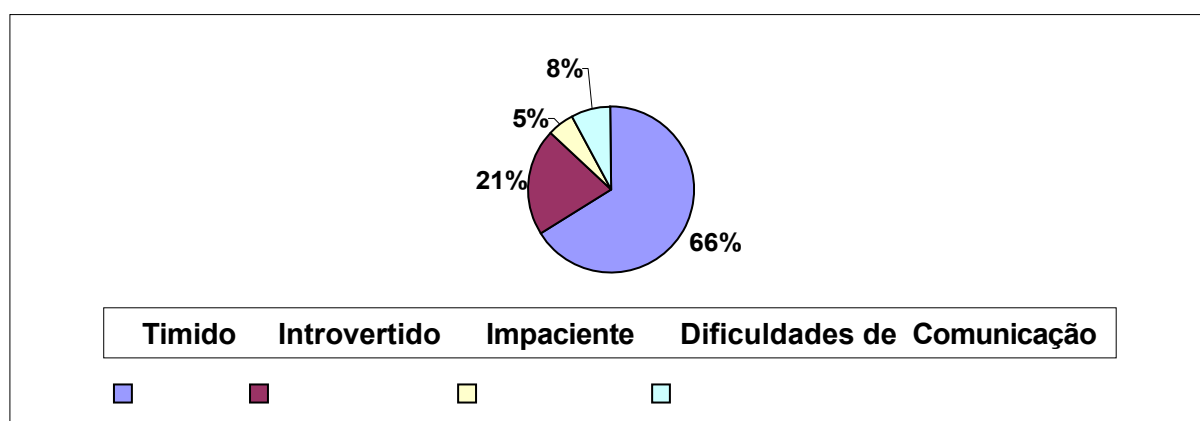


Gráfico 09 – Características Pessoais

Com relação às características pessoais, constatou-se que 66% eram tímidos, 21% introverso, 8% tinham dificuldades de comunicação e 5% se achavam impacientes.

Nota-se um índice elevado de adolescentes que possuíam como característica principal a timidez.

Segundo Hebert (1991, p. 19):

A tarefa mais importante do estágio da adolescência, segundo muitos profissionais contemporâneos de psicologia, é a necessidade que o indivíduo tem de moldar e consolidar sua identidade de pessoa única e madura.

Comprova-se através dos resultados obtidos que os sujeitos envolvidos na pesquisa e acima citados, tiveram uma melhora significativa nesse aspecto podendo considerar essas positivas mudanças em sua vida cotidiana.

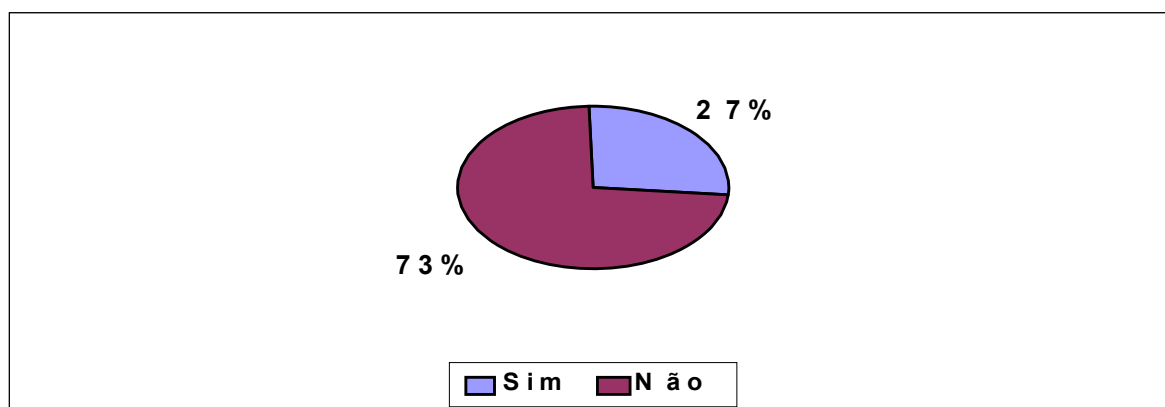


Gráfico 10 - Cursos anteriores à inserção no CIPS

O estudo demonstra que 73% dos adolescentes inseridos no Programa Preparação para o Primeiro Emprego não haviam tido a oportunidade de freqüentar nenhum tipo de curso profissionalizante, enquanto apenas 27% dizem já ter feito algum curso.

O estudo pode nos confirmar a dificuldade e as poucas oportunidades que os adolescentes da rede pública de ensino têm de se aprimorar e se preparar para o primeiro emprego.

Diante dos dados levantados sobre o perfil dos adolescentes podemos observar que se encontram em uma idade de 16 a 17 anos, de ambos os sexos, e são inseridos de forma igualitária no mercado de trabalho conforme mostrou a pesquisa, todos estão matriculados e freqüentando a rede de ensino regular o que é controlado e administrado pela entidade executora do serviço. Nota-se que a grande maioria das famílias mora em residências próprias, porém grande parte destes adolescentes ainda residem em bairros com pouca estrutura e sem condições adequadas de moradia, o que é acarretado devido as condições financeiras a qual identificamos na pesquisa, pois a grande maioria das famílias ganham bem menos do que realmente necessitam para garantir a estes as condições para o atendimento de sua necessidades básicas.

4.2 Resultados do Programa

Tanto a inserção na entidade quanto no mercado de trabalho, trouxeram grande relevância no cotidiano dos adolescentes, como será demonstrado nos dados abaixo.

4.2.1 Mudanças ocorridas no aspecto pessoal e profissional dos adolescentes após a inserção no mercado de trabalho.

A análise dos dados expostos a seguir, iniciou-se pelo perfil dos adolescentes e suas famílias depois de realizado o curso Preparação para o Primeiro Emprego e a inserção no mercado de trabalho, abordando questões como sexo, faixa etária, escolaridade, características pessoais, condições de moradia e situação sócio-econômica.

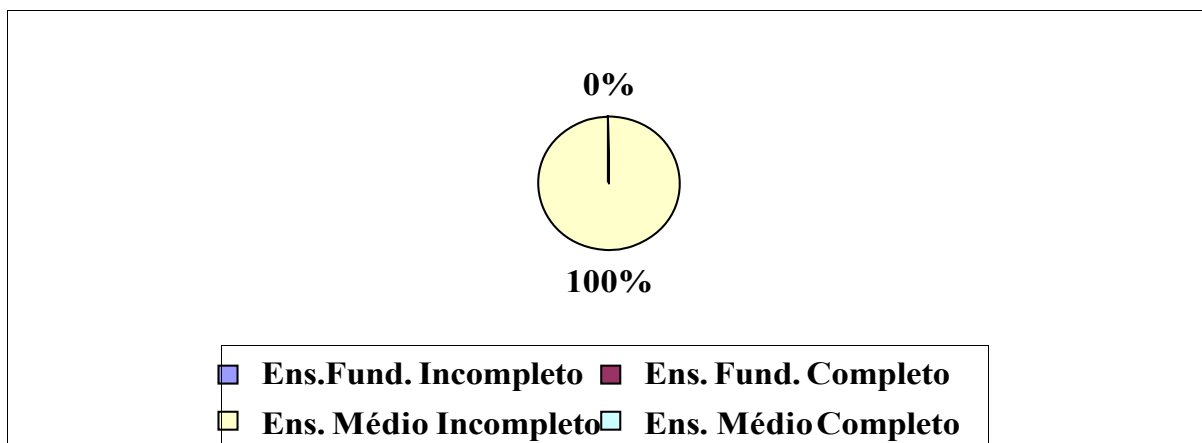


Gráfico 11 – Grau de escolaridade

Quanto à escolaridade dos adolescentes, constatou-se através do gráfico, que 100% frequentam o ensino médio incompleto. Este resultado demonstra o interesse dos adolescentes em continuar os estudos uma vez que conheceram a importância do mesmo para sua forma profissional.

Demonstra ainda que o trabalho realizado pela entidade com aqueles que, por algum motivo têm atraso ou evasão escolar, e as exigências que são feitas não apenas pela entidade, mas também pela Lei do Aprendiz são extremamente necessárias. A LEI do aprendiz enfatiza que o trabalho com o aprendiz tem que ser de forma multidisciplinar de modo que não atrapalhe ou prejudique a qualidade de ensino do mesmo; a entidade que atende este aprendiz deve agir de forma interligada a; escola regular, oportunizando curso de aperfeiçoamento na entidade e emprego.

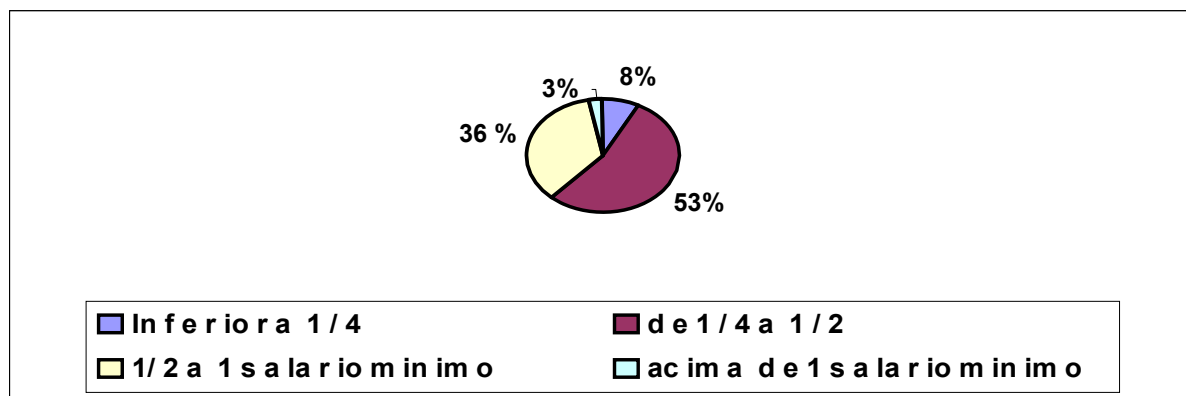


Gráfico 12 – Renda Per capita familiar

Analisando a renda familiar per capita, 55% recebem de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto 36% possuem renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, 8% inferior a $\frac{1}{4}$ de do salário mínimo e 3% acima de um salário mínimo.

Como nos mostra o gráfico acima, se comparado com o gráfico da renda familiar apresentado no momento em que ingressaram na entidade, pode-se observar que houve pequenas alterações, porém de grande importância para as famílias.

Vale ressaltar que esse aumento embora pouco significativo, torna-se uma grande diferença na renda familiar, pois a grande maioria dos adolescentes assim que inseridos no mercado de trabalho auxiliam suas famílias.

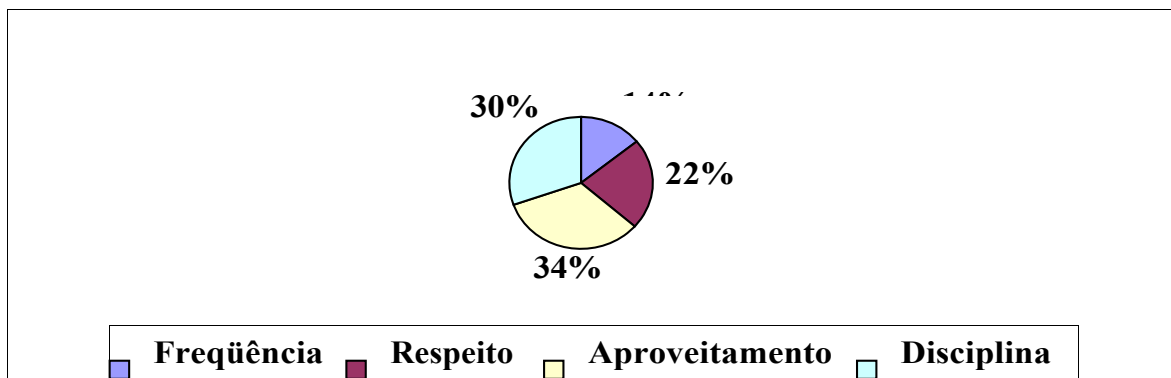


Gráfico 13 - Melhoras referente à escola.

O gráfico apresentado demonstra que 34% dos adolescentes depois de inseridos no mercado de trabalho tiveram melhorias referente ao seu desempenho na escola em relação ao aproveitamento, já 30% tiveram melhorias quanto à disciplina, 22% consideram que obtiveram melhores resultados quanto ao respeito tanto em relação a professores como colegas de sala e 14% dizem ter melhorado a freqüência na rede de ensino regular.

Nota-se que estes resultados e progresso dos adolescentes em relação à rede de ensino regular se dá devido o acompanhamento contínuo da entidade e a relação interdisciplinar entre entidade e rede de ensino regular.

Observou-se essas transformações na vida escolar dos adolescentes uma vez que o serviço oferecido pela entidade reforça o papel que o adolescente compõe na sociedade, fazendo com que o mesmo repense e crie sua própria identidade. Isso se dá através de reflexões e ações, visando informá-los e permitir a esses o direito de transformação de sua realidade.

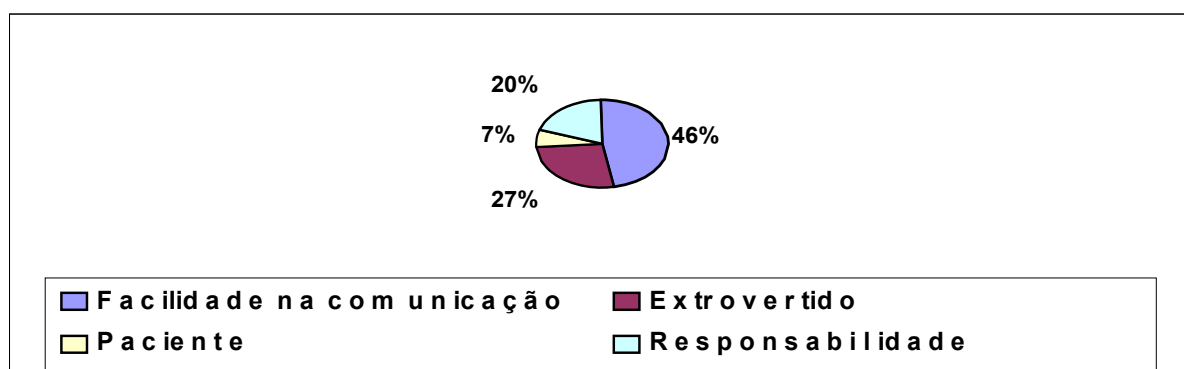


Gráfico 14 – Mudanças ocorridas quanto às características pessoais

O estudo demonstra que após o curso e a inserção no mercado de trabalho houve

melhoras significativas em relação às características pessoais dos

adolescentes: 46% se dizem com mais facilidade de comunicação tanto na relação familiar como em sociedade, 20% demonstram mais responsabilidade, 27% consideram-se extrovertidos e em seguida vêm àqueles que se dizem mais pacientes, com 7%.

Conforme pontua HEBERT (1991, p. 29): A percepção que o adolescente tem de seu aspecto perante um grupo específico de pessoas ou um indivíduo específico e significativo, constitui importante ingrediente na identidade pessoal.

Estas mudanças se dão devido ao planejamento e aplicação dos temas que tem como objetivo propor a esses adolescentes mudanças em seu cotidiano, proporcionando a esses desenvolvimento pessoal, aprendizagem e gestão. Sendo assim é exigido dos mesmos mais responsabilidade, pois assumirão postos em seus novos empregos, onde terão que lidar com suas dificuldades e saber superá-las, e isso somente poderá ocorrer se os mesmos estiverem preparados, possibilitando assim o exercício de sua cidadania.

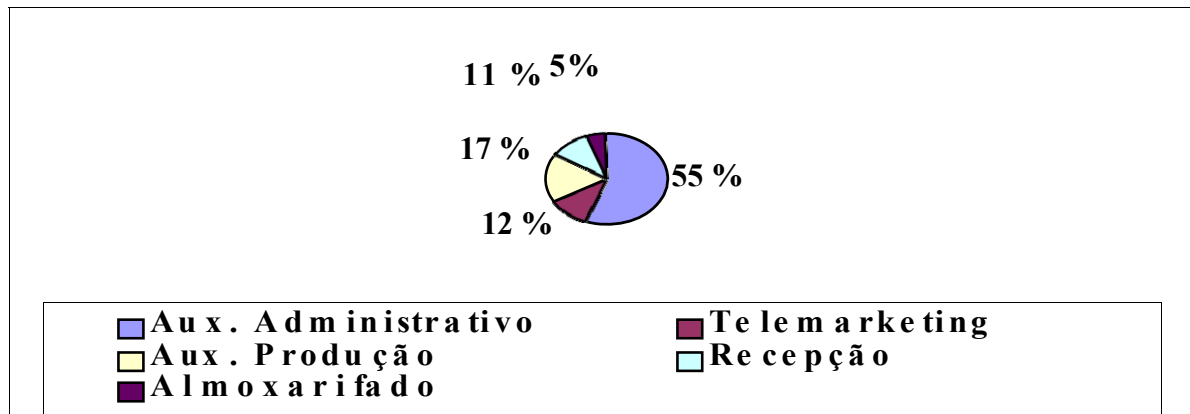


Gráfico 15 – Funções exercidas

O gráfico demonstra as funções exercidas pelo aprendiz, sendo; 55% na área de auxiliar administrativo, 17% auxiliar de produção, 12% telemarketing, 11% recepção e 5% almozarifado.

Nota-se que há diversas áreas de atuação, nas quais o adolescente pode ser inserido, sempre de acordo com suas afinidades e aptidões para cada função.

Bauru é uma cidade cuja economia predominante está no comércio e na prestação de serviços. Desta forma o Serviço Preparação para o Primeiro Emprego juntamente com a entidade executora, desenvolve cursos e qualificações voltadas a atender as demandas do

mercado de trabalho nessas respectivas áreas, visando garantir aos parceiros, qualidade nos serviços e efetivamente profissionais qualificados. Proporciona assim, não só ao empregador grandes possibilidades de negócio, mas principalmente o pleno desenvolvimento profissional do adolescente enquanto funcionário.

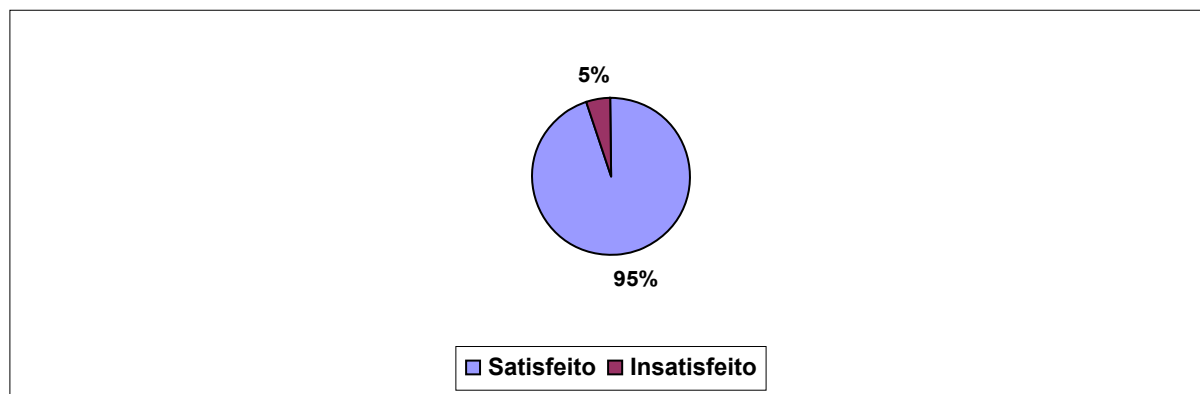


Gráfico 17 – Satisfação quanto ao emprego

Gráfico 16 – Satisfação quanto ao emprego

Analisando a satisfação dos adolescentes no emprego atual, 95% se sentem satisfeitos com o emprego enquanto 5% dizem não estarem satisfeitos.

Este índice de satisfação se dá devido à ótima relação que se tem entre aprendiz, entidade e empresa. Os aprendizes são tratados de forma igualitária em relação aos outros funcionários da empresa, também possuem seus direitos trabalhistas, com algumas particularidades devido estarem em fase de aprendizado como regulamenta a Lei do menor aprendiz.

As transformações ocorridas na vida dos adolescentes após a inserção no mercado de trabalho são visíveis, comprovando a importância do Programa Preparação para o Primeiro Emprego na vida destes adolescentes. Poucos deles tiveram chances anteriores a esta de fazer cursos, e encontraram esta oportunidade no programa. Todo o trabalho desenvolvido pelo programa e entidade auxiliou na educação, o que causou melhoras significativas em relação a escola, fazendo com que se tornassem menos tímidos, mais comunicativos e com mais facilidade de se expressarem.

Estas transformações também se devem a inserção no mercado de trabalho, que traz a eles maior responsabilidade. Há um leque de opções para a inserção no mercado de trabalho sempre de forma a respeitar as particularidades de cada adolescente. Devido a isso, temos um número muito satisfatório e compensador de adolescentes que estão satisfeitos

com a função que exercem atualmente, fazendo assim só aumentar as expectativas dos mesmos para um futuro próximo e promissor.

De acordo com Hebert (1991, p. 139):

O simples fato de ter um emprego é significativo para o desenvolvimento dos indivíduos no final da adolescência. A experiência prática de trabalhar pensa-se, Põe fim a adolescência. A escolha da ocupação certa é também de vital importância; afinal a maioria das pessoas passa quase um terço da vida no trabalho. A ocupação escolhida (ou não escolhida) – nem sempre podemos escolher – e sua posição sócio-econômica na vida adulta terá influência significativa da educação formal e do êxito acadêmico do adolescente.

Constata-se então que o primeiro emprego é muito importante na vida dos adolescentes e que a grande maioria dos inseridos no programa estão satisfeitos com seu trabalho. Vale ressaltar mais uma vez que desde que ele esteja preparado para lidar com as transformações e exigências do mercado de trabalho, não terá dificuldades em se destacar e ser bem sucedido.

4.2.2 Mudanças ocorridas com os adolescentes após a inserção no mercado de trabalho, suas conquistas e expectativas para o futuro.

Assim que inseridos no Programa Preparação para o Primeiro Emprego e em seguida encaminhados para o mercado de trabalho, passam por um processo de conhecimento, aprendizado teórico e prático e principalmente crescimento pessoal, deixando de ser apenas mais um adolescente, mas sim um cidadão de direitos capaz, de exercer sua cidadania.

Conforme afirma Oliva (2006, *apud* VERCELONE, 2002, p.20)

Crianças e adolescentes não são mais pessoas *capitis deminutae*, mas sujeitos de direitos plenos; eles têm, inclusive, mais direitos que os outros cidadãos, isto é, eles têm direitos específicos [...]; e estes direitos específicos são exatamente aqueles que tem que lhes assegurar o desenvolvimento, o crescimento, o cumprimento de suas potencialidades, o tornar-se cidadãos adultos livres e dignos.

De acordo com a realidade e experiência vivenciada pelo menor aprendiz podemos identificar mediante depoimentos, as mudanças ocorridas em relação ao seu aspecto pessoal.

Tenho mais responsabilidade e iniciativa
(Sujeito 31, Feminino, 17 anos)

Tomei consciência da importância tanto do dinheiro, quanto da maturidade pessoal
(Sujeito 49, Masculino, 17 anos)

Adquiri mais responsabilidade e pontualidade
(Sujeito 05, Feminino 17 anos)

Não sou mais tímida e tenho iniciativa
(Sujeito 06, Feminino 17 anos)

Pode se observar diante dos depoimentos citados que são várias as transformações ocorridas na realidade dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho em relação ao aspecto pessoal, pois tornaram-se mais responsáveis, com mais iniciativa e preparo para as transformações que ocorrem constantemente no mundo do trabalho.

Pode-se evidenciar que além do crescimento pessoal de cada adolescente, muitos deles tinham sonhos que só puderam ser realizados após sua própria inserção no mercado de trabalho.

Segundo Chiavenato (1998, p. 39):

Porque o acesso aos bens de consumo nunca foi tão “fácil” como hoje. Isso, porém, nada tem a ver com a globalização. O que tem a ver com a globalização é o convencimento de que...o acesso aos bens de consume nunca foi tão “fácil” como hoje. Ou seja, o governo já não fala de política ou ideologia, mas de consumo – a língua que todos entendem.

Diante das transformações ocorridas na sociedade moderna juntamente com a globalização e a mídia, a questão do consumo e do desejo de acompanhar e possuir tudo aquilo que a mídia demonstra atinge principalmente aqueles que de alguma forma não podem ter acesso aos mesmos.

Ajudo meus pais com as despesas da casa, e consegui começar um curso de línguas.

(Sujeito 31, Feminino, 17 anos)

Bicicleta, celular, roupas e estou ajudando a construir minha casa

(Sujeito 40, Masculino, 17 anos)

Tenho uma poupança e ajudo na renda da minha família

(Sujeito 36, Feminino, 17 anos)

Ajudo com pagamentos de contas mensais da minha casa e ter minhas próprias coisas.

(Sujeito 04, Feminino, 17 anos)

Pode se observar diante dos depoimentos que o primeiro emprego é de extrema importância na vida dos adolescentes, que a partir disto conseguiram coisas as quais antes não tinham acesso, bens de consumo que a sociedade e a globalização vêm impondo como indispensáveis. Nota-se também que auxiliam na renda familiar, pois levando em conta a situação econômica das famílias este auxílio muitas das vezes torna-se indispensável no orçamento mensal, e é de fato muito importante este crescimento, maturidade e consciência que adquirem durante todo o período do curso.

A grande maioria dos adolescentes encontrou no Programa Preparação para o Primeiro Emprego a única chance de mudar de vida, de realidade vivenciada, apesar da pouca idade muitos já começaram a construir um futuro promissor através do trabalho.

De acordo com Covre (1991, p.73):

A bandeira de luta pela cidadania plena deve transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também á questão do desejo – a identidade do indivíduo com as atividades que realiza.

O aprendiz, apesar de estar em condição de aprendizado, deve ser considerado como um trabalhador, pois instituiu-se de direitos trabalhistas, não apenas com os direitos que lhes são garantidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do adolescente) que os protege para que o emprego não venha atrapalhar seu pleno desenvolvimento biopsicosocial, respeitando sempre sua fase ainda de desenvolvimento, mas também a CLT (?). Sendo assim o aprendiz deve trabalhar de forma que possa auxiliar no seu crescimento pessoal e profissional, que através do seu trabalho possa expressar suas vontades, suas qualidades e expectativas. Acima

de tudo deve ser respeitada sua identidade e suas particularidades com aquilo que executa.

Em relação às expectativas para o futuro podemos identificar através dos depoimentos.

Quando completar 18 anos, eu gostaria de estar efetivada em alguma empresa, e estar fazendo faculdade de Psicologia ou de Serviço Social.

(Sujeito 15, Feminino, 16 anos)

Agora que já tenho uma experiência profissional facilita muito a entrada no mercado de trabalho. Espero fazer uma boa faculdade e conseguir um bom emprego, adoraria que fosse na área administrativa.

(Sujeito 34, Feminino, 16 anos)

Espero ficar efetiva onde estou trabalhando e fazer faculdade

(Sujeito 20, Feminino, 17 anos)

Ser efetivado, subir de cargo e mais pra frente fazer uma faculdade que possa ajudar no meu crescimento profissional. (Sujeito 48, Masculino, 16 anos)

As perspectivas para o futuro são evidentes nos depoimentos acima, pois a cada situação pode-se observar a importância da oportunidade, da confiança depositada nos adolescentes no momento que são indicados e encaminhados às empresas, às transformações ocorridas durante todo o processo. É de fato, muito importante observar e constatar as mudanças reais ocorridas na vida de cada um.

Diante de todas as realizações e transformações evidenciadas através dos depoimentos dos adolescentes, podemos enfatizar a eficiência do Programa Preparação para o Primeiro Emprego e da entidade que o executa, que foram a base para as transformações e realizações ocorridas na realidade de cada adolescente e, em contra partida, poder observar que de fato estes adolescentes saem preparados para encarar as exigências da atual sociedade.

5 CONCLUSÃO

A falta de emprego é um problema de âmbito mundial, que vem afetando o Brasil

de forma crescente, ocasionando entre outros, o aumento da mão de obra informal, pois essa é mais barata e oferece menos encargos e responsabilidades.

Esta forma de trabalho não vem atingir apenas os “chefes” de família mas também crianças e adolescentes, que se inserem no mercado de trabalho cada vez mais cedo, sujeitos a um trabalho exploratório e em muitos casos sem a menor condição de segurança e na maioria das vezes com objetivo de contribuir ou suprir as necessidades básicas de sua família, tornando-se parcialmente o provedor da renda familiar.

Vale ressaltar que todo trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou conforme legislação de cada país, salvo como menor aprendiz, que no Brasil é acima de 14 anos, constitui-se crime.

O adolescente que é exposto ao trabalho informal acaba por não ter acesso aos direitos trabalhistas. Assim, a Lei nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000, veio garantir aos adolescentes seus direitos trabalhistas juntamente com seu direito a condições adequadas e seguras de trabalho, garantindo-lhe que ele enquanto cidadão ainda em desenvolvimento, tenha seus direitos efetivados.

A legislação brasileira estabelece que qualquer que seja o trabalho executado pelo adolescente não poderá prejudicar em seu pleno desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

No entanto, como vem demonstrando claramente as últimas pesquisas de resultados da formação escolar, o direito a educação e a qualificação profissional em nosso país não vem oferecendo ao aluno uma preparação adequada, que seja eficaz para garantir sua inserção no mercado de trabalho, o qual se torna cada vez mais exigente e competitivo.

Pode se ter claro que para garantir a cidadania, a qualificação profissional e chances igualitárias perante a sociedade, tornam-se indispensáveis políticas e programas sociais que viabilizem a estes adolescentes esta oportunidade.

O Consórcio Intermunicipal da Promoção Social – CIPS cumpre exatamente esta finalidade oferecendo, através de seus programas e serviços, a preparação para o mercado de trabalho garantindo também a melhoria na qualidade de vida dos adolescentes e sua família.

Todas as atividades realizadas na entidade têm como base o trabalho da equipe de Serviço Social juntamente com uma equipe interdisciplinar de profissionais de diversas áreas, buscando sempre oferecer serviços com qualidade. O CIPS vem fazendo um trabalho efetivo articulando a rede de serviços através de encaminhamentos e parcerias com órgãos públicos e privados, visando sempre o benefício dos usuários.

Na realidade, o CIPS é uma entidade que compõe a rede de proteção social básica do município de Bauru e operacionaliza a política municipal de assistência social nessa área, tendo como foco principal preparar e emancipar adolescentes e suas respectivas famílias através da execução de seus programas.

Esta pesquisa possibilitou um estudo sobre os resultados obtidos em relação aos adolescentes participantes do Programa Preparação Primeiro Emprego, e em seguida inseridos no mercado de trabalho, com relação às mudanças ocorridas no aspecto social, pessoal e profissional de cada um dos envolvidos.

Quanto aos resultados do Programa, pode-se constatar que o mesmo é de total importância, pois oferece a primeira oportunidade de emprego a esses adolescentes, oportunizando melhorias expressivas não somente em relação ao próprio adolescente, mas também em seu convívio familiar.

Através dos dados percebeu-se que devido à participação ativa dos adolescentes houve a inserção efetiva no mercado de trabalho após a conclusão do curso e também melhoras significativas em relação ao rendimento escolar. Houve também grande melhora no aspecto pessoal como: maior participação na comunidade, tornando-se sujeitos críticos, e mais facilidade na comunicação tanto social como familiar, profissional e social. Pode-se observar também pelos depoimentos, que grande parte deles auxilia nas despesas mensais da família e em sua maioria há muito interesse em continuar seus estudos e se qualificar cada vez mais para ter maiores chances no mercado de trabalho.

Podemos concluir que os adolescentes inseridos no programa demonstram grande vontade de aprender e crescer profissionalmente. Adquiriram consciência de que essa oportunidade pode ser única, ou apenas o começo de uma nova fase em sua vida, mas essa decisão cabe a cada um deles.

Sabe-se que sua profissionalização torna-os mais seguros de si mesmo, responsáveis com o trabalho e passam a conhecer seus direitos e assim cada um escreve sua história.

Vale salientar que a grande maioria dos adolescentes encontram-se satisfeitos em relação ao emprego atual, devido à qualidade dos serviços das empresas parceiras e do trabalho efetivo da entidade na fiscalização e cumprimento da Lei que rege o “menor aprendiz”.

Cabe afirmar que a hipótese apresentada no início da pesquisa foi comprovada, pois através da mesma foi possível constatar que o programa bem como a entidade executora, vêm atendendo as necessidades apresentadas e alcançando o objetivo proposto, que é garantir aos adolescentes a profissionalização e a oportunidade da experiência

profissional através do primeiro emprego.

Vale ressaltar que através da elaboração deste trabalho constatou-se a necessidade de pontuar algumas sugestões, tais como: deve-se estimular a discussão sobre a inserção de adolescentes no mercado de trabalho, bem como seus direitos trabalhistas e a entidade poderá buscar maior número de vagas junto a órgãos competentes, visando propiciar a um número maior de adolescentes participarem desse programa.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação Participativa de programas sociais**. São Paulo, SP: Veras Editora, 2002. 134 p.

BRASIL, **Legislação para o Serviço Social** (org). CRESS-SP. São Paulo, 2004. 353p.

BRASIL, Presidente da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº.10.090 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF 2000. Disponível em <http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/10097.htm>. Acesso em 28 de out. 2008.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº. 8742, 07 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993

CAMAROTTI, I. S. P. **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. 1 ed, Rio de Janeiro: FGV, 2001 328p.

COSTA G. S. S. **Subjetividade e menor idade**. 1 ed, São Paulo: Anablume, 1998 243p.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: Assistência como Direito e como Problema**. 2ª edição, SP Editora Cortez, 2002. 120p.

DEVELSO, V. N.; JESUS, A. **Avaliação do Programa Preparação para o Primeiro Emprego no Instituto NAF/Jaraguá na cidade de Bauru**. 2006. 58f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Serviço Social de Bauru, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, SP.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Bauru, SP: 2007.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 104 p.

FORACCHI, M.M. **A participação social dos excluídos**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1982. 173 p.

GACEK, S. A. **Sistemas de relações de trabalho**. 1 ed. São Paulo: LTR, 1994. 128p.

GAIGER, L. I. **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo, SP: Editora Unisinos, 1996. 158 p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

IAMAMMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004. 236 p.

MARIA O. S. S. **Política Habitacional Brasileira: Verso e reverso**. São Paulo. Editora Cortez, 1989. 199p.

MARTIN H. **Convivendo com adolescentes**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Bertrand Brasil, AS 1991. 151p.

MINAYO, M.C.S (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 80 p.

MOTA, A. E. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1988. 215p.

NABIL, B. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e Difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. 342p.

OLIVA, J. R. D. **O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil**. 1 ed. São Paulo: LTR, 2006. 311p.

POTYARA B. P. P. **Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo. Cortez, 2000. 215p.

SANTOS, E. R. **A função social do contrato, a solidariedade e o pilar da modernidade nas relações de trabalho**. 1 ed. São Paulo: LTR, 2003. 112p.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.12, n. 21, p. 01-58, jan./jul.2008.

LOPES, Jiselli Evanjelista; SILVA, Karen Bianca Maranhão; MUNIZ, Egli. Avaliação dos resultados do programa preparação para o primeiro emprego - após a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes atendidos pelo consórcio intermunicipal da promoção social – Cips.

SANTOS. A. A. **Trabalho com famílias vulnerabilizadas**. 1 ed, Londrina: Bianconi, 2006. 94p.

STEPHAN. C. C. **Trabalhador adolescente**: Em face das alterações da Emenda Constitucional n°. 20/98. 1 ed. São Paulo: LTR. 2002. 127p.

TIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A. , 1995. 175 p.

YASBECK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 3 ed, São Paulo: Cortez, 1999. 138p.